

Câmara Municipal de Conceição de Macabu - RJ - Conceicao de Macabu - RJ Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



	COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12022/04/18000118				
Número / Ano	000118/2022				
Data / Horário	18/04/2022 - 12:18:06				
Ementa	Ementa Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária do município de Conceição de Macabu/RJ, para o exercício de 2023.				
Autor Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu - Prefeito					
Natureza	Legislativo				
Tipo Matéria	Projeto de Lei Ordinária				
Número Páginas	30				
Número da Matéria	25				
Emitido por	sapladm				

Pág: 02



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU Gabinete do Prefeito

Ofício 101/2022 Assunto: LDO 2023 2° VOTOCOS APROVADO POR UNANIMIDADE

Conceição de Macabu, 13 de abril de 2022.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Conceição de Macabu Exmº Srº Jorge Luiz Silva Andrade

Exmº Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, Projeto de Lei (PLO) 014/2022 que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU/RJ, PARA O EXERCÍCIO DE 2023".

Certo de contar com o apoio de Sua Excelência e demais parlamentares na análise do referido PLO, bem como na aprovação da matéria, manifesto protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

AMBADO DIOFILIMENTE
VALMIR TAVARES LESSA
Accommissione com a consumos porte per personale enc
http://serpre.gov.bro.astruotor-digital

VALMIR TAVARES LESSA
-PrefeitoGestão 2021/2024

Câmara Municipal de Conceição de Macabu PROTOCOLO GERAL

C.M.C.M

Ass:

am 13/04/22

Poder Executivo Gabinete do Prefeito

E-mail: gabinete@conceicaodemacabu.rj.gov.br – Tel.: (22) 2779-2191 Rua Maria Adelaide, 186, Vila Nova – Conceição de Macabu/RJ "A maior obra é cuidar das pessoas"



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU GABINETE DO PREFEITO

Conceição de Macabu, 13 de abril de 2022

MENSAGEM Nº 14/2022

Autor: Poder Executivo

Ref: Lei de Diretrizes Orçamentária de 2023.

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

Dirijo-me a Vossa Excelência, bem como a seus ilustres Pares, para encaminhar o Projeto de Lei que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023 e dá outras providências", em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, e ainda de acordo com a Lei Orgânica do Município e, nos termos estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

O presente Projeto de Lei define as normas e diretrizes que orientarão a elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023. Visa também, estabelecer as prioridades das metas do Plano Plurianual da Administração,o planejamento operacional anual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro.

Certo da boa acolhida por parte desta Casa de Leis reitero expressões de elevada estima e distinta consideração.

Valmir Tayares Lessa Prefeito Municipal Câmara Municipal de Conceição de Macabu PROTOCOLO GERAL

13/04/22

Nº 254 202

A

Exmo. Sr.

Jorge Luiz Silva Andrade

MD Presidente da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.,



GABINETE DO PREFEITO

Pág: 05 C.M.C.M

PROJETO DE LEI Nº 14 DE 13 DE ABRIL DE 2022.

Ementa: Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do Município de Conceição de Macabu - RJ para o exercício de 2023.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU - RJ aprovou, e eu, Valmir Tavares Lessa, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, inciso II, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º da Lei Complementar nº101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2023, compreendendo:

I - Diretrizes, metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II-A organização e a estrutura dos orçamentos;

III-As diretrizes específicas para o Poder Legislativo;

IV- As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V- As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI- As disposições sobre a Legislação Tributária do Município;

VII- As disposições relativas à Dívida Pública;

VIII-As disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

- I- Anexo de Metas Fiscais, composto de:
- a. Demonstrativo de metas anuais;
- b. Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c. Demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- d. Evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
- e. Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f. Receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social RPPS;
- g. Projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais;
- h. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- i. Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado:
- j. Demonstrativo da Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- II-Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

CAPÍTULO I

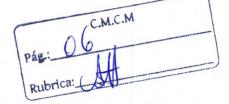
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em conformidade como disposto no art.165, §2º, da Constituição Federal, no art.4ºda Lei Complementar nº101/2000, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2023, serão estabelecidas nesta Lei, em Anexo próprio, e terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, todavia não se constituem limites à programação das despesas.

2



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU GABINETE DO PREFEITO



- I O Desenvolvimento Econômico
- II O Desenvolvimento Urbano
- III- O Desenvolvimento Administrativo
- IV- O Desenvolvimento Social
- Art. 3º Será garantida a destinação e recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência do Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Art. 4º O Município de Conceição de Macabu, implementará o atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.
- Art. 5º Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade em um processo de democracia participativa, voluntária e universal, em atendimento ao disposto no art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

CAPITULO II ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento.

Art 7º 0 Projeto de Lei Orçamentária do Município de Conceição de Macabu relativo ao exercício de 2023 deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:

I-O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;

II-O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

III- O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e

IV- O princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 8°. Para efeito desta lei, entende-se por:

I-Diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;

II-Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

III- Subfunção: Uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

IV- Programa: O instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

V- Ação: Especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos, que devem ser detalhados em unidade se medidas:





GABINETE DO PREFEITO

Pág.: 0 7
Rubrica:

Atividade: O instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

VI- Projeto: O instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VII- Operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

VIII-Órgão orçamentário: constituí a categoria mais elevada da Classificação Institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolver em um programa de trabalho definido;

IX-Unidade orçamentária: constitui-se em um desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta ou da administração indireta, em cujo nome a lei orçamentária anual consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;

X- Modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orcamentários;

XI- Concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de recursos orçamentários; e

XIÍ- Convenente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando de correntes de descentralização de recursos orçamentários.

- §1°. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos soba forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- §2°. Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a sub função às quais se vinculam.
- §3°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.
- Art. 9°. As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos, atividades e operações especiais, de modo a especificara ação/meta integral ou parcial dos programas de trabalho.
- Art.10. O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.
- Art. 11.0 Poder Executivo também encaminhará ao Poder Legislativo, até 31 de agosto de 2022, o Orçamento de Investimento das empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, se houver.

Art. 12. A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:

I-Categoria Econômica;

II-Origem;

III - Espécie;

IV - Rubrica;

V- Alínea:



GABINETE DO PREFEITO

Rubrica:

§ 1º. A categoria econômica da receita, primeiro nível de classificação, está assim detalhada:

I- Receitas Correntes-1; e II-Receitas de Capital-2.

- §2º. A Origem, segundo nível da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.
- §3º. O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.
- §4º. O quarto nível, a Rubrica, agrega, dentro de cada espécie de receita, de termina das receitas com características próprias e semelhantes entre si.
- §5°. A Alínea, quinto nível, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.
- §6° O sexto nível, a sub alínea, representa o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art. 13. A despesa orçamentária será discriminada por:

I- Órgão Orçamentário;

II-Unidade Orçamentária;

III-Função;

IV- Sub função;

V- Programa;

VI- Projeto, Atividade ou Operação Especial;

VII- Categoria Econômica;

VIII- Grupo de Natureza da Despesa;

IX- Modalidade de Aplicação;

X- Elemento de Despesa;

XI- Fonte de Recursos.

§1°. A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

I -Despesas Correntes- 3; e

II-Despesas de Capital- 4.

§2º. Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I- Pessoal e encargos sociais-1;

II- Juros e encargos da dívida-2;

- III-Indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.
- § 3º. O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.
- §4º. Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I- Transferências à União-20;

II-Transferências a Estados e ao DistritoFederal-30;

III-Transferências a municípios - Fundo a Fundo-41

IV- Transferências a instituições privadas sem finslucrativos-50;

V- Transferências a instituições privadas com fins lucrativos-60;

V- Transferências a consórcios públicos-71;

VI- Execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos-72;



GABINETE DO PREFEITO

C.M.C.M

VII-Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratamos §§1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

VIII-Aplicações diretas-90; e

IX- Aplicação direta de corrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social-91.

§5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar fontes de recursos, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2023 e em seus Créditos Adicionais.

§6°. A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

§7º A Lei Orçamentária Anual para 2023 conterá a destinação de recursos, classificados por Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretariado Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

I-O Município poderá incluir na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no§7ºdeste artigo;

II-As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo;

Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§8º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§9º.. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às atualizações dos Planos de Contas da Receita e da Despesa, durante a execução orçamentária.

Art.14. A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor será identificada pelo dígito 7 (sete) no que se refere ao Projeto. Quanto à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos será identificada pelo dígito 9 (nove).

Art.15. A Reserva de Contingência prevista no art.45 desta lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

Art. 16. A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I-À participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

II- Ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e

III - Ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na proposta orçamentária de 2023, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento ao Poder Legislativo, do correspondente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Art. 18. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU GABINETE DO PREFEITO

C.M.C.M

Rubrica:__

I- O comportamento da arrecadação de receitas do exercício anterior;

II-O demonstrativo, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;

III- a situação observada no exercício de 2020 em relação aos limites de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº101/2000;

IV - O demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;

V - O demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº29/2000;

VI - A discriminação da dívida pública total acumulada.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I- Texto da lei;

II- Quadros orçamentários consolidados;

III-Anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV- Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, §5°, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e

V- Discriminação da legislação da receita e da despesa referente ao Orçamento Fiscal.

§1º. Integrará o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de marco de 1964.

§2°. Integrará o Orçamento de Investimento, no que lhe couber, os quadros previstos na lei citada no parágrafo anterior,

CAPÍTULO III DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

- Art. 20. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual estabelecido na LC 101/200, relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, §5°, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais n°25/2000 e n°58/2009.
- §1º. O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassa do até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art.29-A, §2º, inciso II, da Constituição Federal.
- §2°. A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassara 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo como estabelecido no art. 29-A, §1°, da Constituição Federal.
- Art. 21. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de julho do corrente exercício, observadas as disposições desta lei.

CAPÍTULO IV
DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO
MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SECÃO I

Diretrizes Gerais



GABINETE DO PREFEITO

C.M.C.M

Rubrica:

Art. 22. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra apresente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§1º. Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I-Pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, dos instrumentos de gestão previstos no art. 48, caput, da Lei Complementar nº101/2000.

II- Pelo Poder Executivo:

a) Da Lei Orçamentária Anual e seus anexos;

- b) Das alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
- c) Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
- d) Do Relatório de Gestão Fiscal.
- §2º. Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e da Controladoria- Geraldo Município, deverá:
- I-Manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os Instrumentos de gestão descritos no art. 48, caput, da Lei Complementar nº101/2000; e
- II-Providenciar as medidas previstas no inciso II, do §1°, do citado artigo, a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023 e nos prazos definidos pela Lei Complementar nº101/2000.
- Art. 23. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante.
- Art. 24. O Poder Executivo, sob a coordenação das Secretarias Municipais de Planejamento e de Fazenda, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da metade resultado primário estabelecida nesta lei.
- §1º. O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.
- §2º. O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023.
- Art25. No prazo previsto no §2ºdo artigo anterior, o Poder Executivo, sob a coordenação das Secretaria Municipal de Planejamento e de Fazenda, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e a sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº101/2000.
- Art. 26. Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, por Fonte de Recursos, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.
- §1º. Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentária se da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais-Metas Anuais, desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU GABINETE DO PREFEITO

atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art27. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 28. As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municipais e Empresas Públicas, se houver, serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de maio de 2020 e apresentadas à Secretaria Municipal de Planejamento até o dia 30 de julho de 2022, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 29. A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

Art. 30. É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Parágrafo único. Somente serão incluídas na proposta orçamentária anual, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal até 30 de junho de 2022.

Art. 31. A Lei Orçamentária de 2023 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

I-Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada;

II-certidão de que não tenham sido opostos embargo sou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 32. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1° de julho de 2022 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2023 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, §1°, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional n°62/2009, discriminados conforme detalhamento constante do art. 14 desta lei, especificando:

I- Número e data do ajuizamento da ação originária;

II-Número do precatório;

III- Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV- Enquadramento (alimentar ou não-alimentar);

V- Data da autuação do precatório;

VI- Nome do beneficiário:

VII-Valor do precatório a ser pago;

VIII-Data do trânsito em julgado; e

IX- Número da vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único. A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2022, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no art.100, §1°, da Constituição Federal, na Emenda Constitucional n°62/2009 e no Decreto n°213/2010.

Pág.: 12 Rubrica:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABUA GABINETE DO PREFEITO

Rubrica:

C.M.C.M

Art. 33. O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art. 100, §3°, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, e pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, sujeitar-se-á ao disposto na legislação vigente.

Art. 34. Na programação da despesa não poderão:

I-Ser incluídas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II-Ser incluídas despesas a título de Investimentos-Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, reconhecidos na formado art.167, §3º da Constituição Federal:

Ser classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolvimento de ações IIIlimitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada; e

IV- Ser incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 35. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas

I-Ações que não sejam de competência exclusiva ou comum do Município, ou com ações para as quais a Constituição Federal não estabeleça a obrigação do Município de cooperar técnica e/ou financeiramente; e

II-Clubes, associações de servidores ou quais quer outras entidades congêneres.

Art. 36. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, subvenções econômicas, auxílios contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com ou sem fins lucrativos e amparadas por leis municipais.

Parágrafo único. Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determinam o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, e art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.37. A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I- Custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, conforme legislação em vigor;

II-Custeio administrativo e operacional;

Garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;

IV- Garantia do cumprimento do disposto no art. 44 e 46 desta lei;

V- Pagamento de sentenças judiciais;

VI- Contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e

VII- Reserva de contingência, conforme especificado no art.44 desta lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra arroladas poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art.38. A sobras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art.39. O controle de custos, a avaliação de resultados previstos no art.4º, inciso I, alínea "e", e no art.50, §3°, da Lei Complementar nº101/2000, e a avaliação dos Programas de Governo constantes do Plano Plurianual-PPA, serão realizados pela Controladoria do Município.



GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃ011

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal



Art. 40. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art.41. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante da despesa de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementar es ou especiais com finalidade precisa.

Art. 42. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados: I-Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade; II-O aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e

III- As alterações tributárias.

Art. 43. O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no art. 77 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Art.44. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência no valor de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos de contingente se a outros riscos de eventos fiscais imprevistos.

Art. 45. Fica o Poder Executivo, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, e arts. 7°, 42 e 43, §1°, inciso I, II, III e IV, da Lei Federal n°4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar e efetuar Remanejamento.

Parágrafo único. Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa.

Art. 46. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, e arts. 7° , 42 e43, $\S1^{\circ}$, inciso I, II, III e IV, da Lei Federal n°4. 320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional e Transferência.

Parágrafo único. Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto nos arts. 167, §2°, da Constituição Federal e104, §2°, da Lei Orgânica do Município, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Para a reabertura dos créditos previstos no caput, o Executivo utilizar-se-á dos instrumentos previstos no art. 43, §1°, incisos I, II, III e IV da Lei Federal n°4.320/64.

Art. 48. Os recursos de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Controladoria Geraldo Município.



GABINETE DO PREFEITO



SECÃ0III

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 49. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - Das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, §

5º, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;

II- Da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e

- Do Orçamento Fiscal. III

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no orcamento Fiscal.

CAPITULOV

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COMPESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

- Art. 50. As despesas com pessoal e encargos sociais para 2023 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº 9.717/1998, na Lei Complementar nº101/2000 e na legislação municipal em vigor.
- Art. 51. Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de maio de 2022 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sempre juízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº101/2000, observado o contido no art.37, inciso II, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A ampliação de despesas na forma prevista no §1ºdo art. 169 da Constituição Federal estará condicionada ao cumprimento dos limites para gastos com pessoal, previstos na Lei Complementar nº 101/2000, calculados sem a inclusão de receitas vinculadas cujos regulamentos especifiquem expressamente a impossibilidade de sua utilização em despesa com pessoal.

- Art. 52 O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observara previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária de 2023, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites do art. 20, inciso III, e do art. 21da Lei Complementar nº101/2000.
- Art. 53. O Poder Executivo, por intermédio do órgão de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará, até 31 de julho de 2022, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.
- §1º. O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.
- §2º Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.





GABINETE DO PREFEITO

ABU Pág.: Rubrica:

Art. 54. No exercício financeiro de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - Existirem cargos vagos a preencher;

II- Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - Forem observados os limites previstos no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar n° 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos ou funções somente poderão ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo, no art. 169, §1°, incisos I e II, da Constituição Federal, nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar n°101/2000.

Art. 55. No exercício de 2023 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites estabelecido na LC 101/2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de competência do Chefe do Poder Executivo, ou caberá a quem ele delegar, respeitados os limites orçamentários de cada órgão.

Art. 56. A proposta orçamentária assegurará no mínimo 0,1% (um décimo por cento) do orçamento anual para a capacitação e o desenvolvimento dos servidores municipais.

Art. 57. O disposto no art. 18, §1° da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidor es e empregados públicos para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I-Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II-Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; e

III- Não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

- Art. 58. Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrente de lei aprovada até o término deste exercício que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a procedera os devidos ajustes na execução orçamentária.
- Art. 59. Na previsão da receita, para o exercício financeiro de 2023, serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais— Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
- Art. 60. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

d



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU GABINETE DO PREFEITO

BU C.M.C.M

Rubrica:

Art. 61. Os tributos lançados se não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 30, II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 62. Os Orçamentos da Administração Direta e da Administração Indireta (Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais) deverão destinar recursos para o pagamento do serviço da dívida municipal.

Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de junho de 2020.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento disciplinará:

I-O calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II-A elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundação, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, se houver; e

III- As instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 64. Para os efeitos do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº101/2000:

I-As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, §3º da Constituição Federal; e

II-As despesas irrelevantes, conforme disposto no art.16, $\S3^\circ$ da Lei Complementar n°101/2000, são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do art.24, incisos I e II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 65. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento a os arts. 15 e16 da Lei Complementar nº101/2000.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 66. Os valores das metas fiscais em anexo, devem ser considerados como estimativa, admitindose variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2023 ao Legislativo Municipal.

Art. 67. A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU GABINETE DO PREFEITO

Art. 68. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou de instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública Municipal, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

- Art. 69. Cabe à Controladoria Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao art. 9° e seus parágrafos da Lei Complementar n°101/2000.
- Art. 70. Caso o projeto de Lei Orçamentaria de 2023 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constantes poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada unidade orçamentaria até sua aprovação.
- Art. 71. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante Créditos Adicionais Suplementares e Especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8°, da Constituição Federal e do art. 103, § 7°, da Lei Orgânica do Município.

Art. 72. Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Valmir Tavares Lessa Prefeito Municipal de Conceição de Macabu

14

LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO : AMORTIZAR A DIVIDA PÚBLICA E CONCEDER SUBVENÇÕES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS .

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
023	AMORTIZAÇÃO DO PARCINSS/IPASCON	PAGAMENTO DE DIVIDAS MANTIDAS	UN	0

PROGRAMA: 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO : PROVER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DOS SEUS DIVERSOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS ATRAVÉS DE AÇÕES VOLTADAS A MANUTENÇÃO E

APRIMORAMENTO.

4ÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
001	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENGARGOS - GABINETE	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - GABINETE	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	C
013	MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - PROC. GERAL	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	C
)14	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PROC. GERAL	ATIVIDADES DA PROCURADORIA MANTIDAS	UN	C
)16	MANUTENÇÃO DE PESSOAL ENCARGOS - ADMINISTRAÇÃO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	C
18	CARTAO DO SERVIDOR	CARTAO DO SERVIDOR MANTIDO	UN	C
17	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - ADMINISTRAÇÃO	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	C
021	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - FAZENDA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	(
022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - FAZENDA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	. (
027	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PLANEJAMENTO	ATIVIDADES DA SECRETARIA MANTIDAS	UN	(
27	MANUTENÇÃO DE PESSOAL ENCARGOS - PLANEJAMENTO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
32	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - CULTURA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	(
33	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CULTURA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	(
39	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - OBRAS	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	7
040	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - OBRAS	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN Rub	Pág
72	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - SERV. PÚBLICOS	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN 3.	1.
73	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SERV. PÚBLICOS	ATIVIDADES DA SECRETARIA MANTIDAS	UN Orica:	K I
74	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - AGRICULTURA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
75	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - AGRICULTURA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN L	0
79	MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - MEIO AMBIENTE	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	M.C
080	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - MEIO AMBIENTE	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	
83	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - TURISMO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	X
84	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - TURISMO	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	
089	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - CONTROLE INTERNO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
090	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONTROLE INTERNO	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	
091	MANUT. DE PESSOAL ENCARGOS - ESPORTE E LAZER	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
092	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - ESPORTE E LAZER	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN (
04	MANUT. DE PESSOAL E ENGARGOS - SEG. PÚBLICA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
05	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SEG. PÚBLICA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	

Página 2

LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

11/3	/ /
UN	0
UN	1
UN	0
UN	0
UN	
UN.MEDIDA I	META FÍSICA
UN	0
S.	
UN.MEDIDA	META FÍSICA
UN	0
UN.MEDIDA	META FÍSICA
UN	0
UN.MEDIDA	META FÍSICA
UN	0
UN.MEDIDA	META FÍSICA
UN	0
UN.MEDIDA	META FÍSICA
UN	0
UN.MEDIDA	META FÍSICA
	0
E	UN resso por: SANDRO

LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

PROGRAMA: 0010 EDIFICAÇÕES DE PRÉDIOS PÚBLICOS

OBJETIVO : CONSTRUIR E RESTAURAR EDIFICAÇÕES PÚBLICAS VISANDO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO FÍSICO MUNICIPAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META-PÍSICA
044	CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	NOVAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	UN	0
1.105	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DA CULTURA	UNID	UNID	0

PROGRAMA: 0013 DEFESA CIVIL

OBJETIVO : PROMOVER A DEFESA CIVIL NO MUNICIPIO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
006	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL	ACÕES DE DEFESA CIVIL MANTIDAS	UN	0

PROGRAMA: 0015 EDUCAÇÃO DIREITO DE TODOS

OBJETIVO : DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS ÀS ATIVIDADES ESTRUTURANTES NA ÁREA DE EDUÇÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FISICA
046	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES	PRESERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES	UN	0
047	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES	NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES	UN	0
048	MANUTENÇÃO DAS ATIVDADES DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	UN	0
050	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO P/ UNIDADES ESCOLARES	MOBILIÁRIO ESCOLAR	UN	0
052	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	TRANSPORTE ESCOLAR	UN	0
053	AMPLIAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO	SEDE ADMINISTRATIVA AMPLIADA	UN	0
054	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - EDUCAÇÃO	SERVIÇOS E MATERIAIS	UN	0
055	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - EDUCAÇÃO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
049	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS P/ CRECHES	MOBILIÁRIO DE CRECHE	UN	0
051	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES	MATERIAIS DIDÁTICOS E OUTROS	UN	0
057	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES	NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES	UN	0
058	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	UN	0
059	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES	UNIFORMES	UN	0
061	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO P/ UNIDADES ESCOLARES	MOBILIÁRIO ESCOLAR	UN	0
063	MANUTENÇÃO DO TRAIISPORTE ESCOLAR	TRANSPORTE ESCOLAR	UN	0
065	INCLUSÃO DIGITAL AOS EDUCANDOS	INCLUSÃO DIGITAL	UN	0
060	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO P/ CRECHE	MOBILIÁRIO DE CRECHE	UN	0
062	MANUTENÇÃO DAS ATI/IDADES DA PRÉ-ESCOLA	MATERIAL DIDÁTICO E OUTROS	UN	0
064	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	MATERIAIS DE CONSUMO E PAGAMENTO D PESSOAL	DE UN	0
0129	AUXILIO- TRANSPORTE	UNID	1	0

PROGRAMA: 0016 VALORIZANDO O MAGISTÉRIO

OBJETIVO : MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS, OBJETIVANDO A VALORAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

AÇAO	DESCRIÇÃO	*	PRODUTO	UN.MEDIDA META FISICA

LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

			1,	1		
028	MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - 70% MAGISTÉRIO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN		0	1
029	MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - 30% APOIO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN		0	
030	CARTÃO DO SERVIDOR	BENEFÍCIO AO SERVIDOR	UN		0	
031	MANUT. DA CAPACITAÇÃ0 DO QUADRO DE DOCENTES	PROFESSORES CAPACITADOS	UN		0	

PROGRAMA: 0017 TRANSPORTANDO PARA O FUTURO

OBJETIVO : PROMOVER TRANSPORTE AOS ESTUDANTES MACABUENSES DO ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
066	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO MANTIDO	UN	0

PROGRAMA: 0018 ESCOLA SAUDÁVEL

OBJETIVO : INTRODUZIR HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E COMBATER A DESNUTRIÇÃO DOS ALUNOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
067	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR	MERENDA ESCOLAR OFERECIDA	UN	0

PROGRAMA: 0019 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E CULTURA

OBJETIVO : PROMOVER A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO RESGATE CULTURAL. PROMOVER A INTERAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS AGENTES DO ENSINO COM ATIVIDADES QUE DESENVOLVAM A ATENÇÃO, RACIOCÍNIO, HABILIDADE E

EQUILÍBRIO AOS ALUNOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
068	MANUTENÇÃO DO PROJETO COLÔNIA DE FÉRIAS	ATIVIDADES DE FÉRIAS	UN	0

PROGRAMA: 0020 INFRAESTRUTURA VIÁRIA

OBJETIVO : PROMOVER MELHORES CONDIÇÕES DE TRÁFEGO E ACESSIBILIDADE NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E ESTRADAS VICINAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
045	URBANIZAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS	LOGRADOUROS PUBLICOS MANTIDOS	UN	0
046	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS	NOVOS LOGRADOUROS PAVIMENTADOS	UN	0
047	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	ESTRADAS VICINAIS MANTIDAS	UN	0

PROGRAMA: 0022 LIMPEZA URBANA

OBJETIVO : MANTER AS VIAS ELOGRADOUROS PÚBLICOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE HIGIENE BEM COMO GARANTIR A COLETA DIÁRIA DO LIXO DOMICILIAR E HOSPITALAR.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
076	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS	COLETA REGULAR DE LIXO MANTIDAS	UN	0
077	SERVIÇOS DE CAPINA EM LOGRADOUROS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CAPINA MANTIDOS	UN	0

PROGRAMA: 0023 SERVIÇOS URBANOS

OBJETIVO : MANTER A URBANIZAÇÃO E LIMPEZA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E LOGRADOUROS PÚBLICOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
078	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	ATIVIDADES MANTIDAS	UN	0
081	MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS	SERVIÇOS MANTIDOS	UN	0

LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

PROGRAMA: 0024 ILUMINAÇÃO PÚBLICA

OBJETIVO : CONSERVAR E AMPLIAR A REDE DE ILUMINAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
082	MANUTENÇÃO DA REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	SERVIÇOS MANTIDOS	UN	0
086	EXTENSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AMPLIADA	UN	0

PROGRAMA: 0025 REDE DE ÁGUA E ESGOTO

OBJETIVO : PROMOVER A CONSERVAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO MUNICIPAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
087	MANUTENÇÃO E REPAROS NA REDE DE ÁGUA E ESGOTO	SERVIÇOS DE MANUT. E REPAROS MANTIDOS	UN	0
088	MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO	SERVIÇOS MANTIDOS	UN	0

PROGRAMA: 0026 PARQUE DE EXPOSIÇÕES

OBJETIVO : MANTER O PARQUE DE EXPOSIÇÕES COM CONDIÇÕES ADEQUADAS ÀS REALIZAÇÕES DE EVENTOS AGROPECUÁRIOS, CULTURAIS E TURÍSTICOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
076	GESTÃO DO PARQUE DEEXPOSIÇÕES	PARQUE DE EXPOSIÇÕES MANTIDO	UN	0

PROGRAMA: 0027 FOMENTO À ATIVIDADE AGRÍCOLA

OBJETIVO : PROMOVER E FOMENTAR A AGRICULTURA MUNICIPAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
078	MANUTENÇÃO DA FEIRALIVRE INFORMAL	FEIRA LIVRE INFORMAL MANTIDA	UN	0
114	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	SUBVENÇÕES	UN	0

PROGRAMA: 0028 FOMENTO À ATIVIDADE PECUÁRIA

OBJETIVO : PROMOVER E FOMENTAR A SANIDADE DO REBANHO DOS CRIADORES DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
077	MANUT. DO PROGRAMA ANUAL DE VACINAÇÃO ANIMAL	REBANHO MUNICIPAL SANEADO	UN	0

PROGRAMA: 0029 MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO : FOMENTAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TODO O MUNICÍPIO E AMPLIAR, FISCALIZAR E CONSERVAR AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
081	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	UN	0
082	MANUT. E PRESERV. DE UNIDADES DE CONSERV. AMBIENTAL-APAS	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	UN	0

PROGRAMA: 0030 SUBVENÇÕES TURÍSTICAS

OBJETIVO : CONCEDER SUBVENÇÕES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS VISANDO SUBSIDIAR A PROMOÇÃO DOS EVENTOS TURÍSTICOS MUNICIPAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
085	SUBVENÇÕES A ENTIDADES CADASTRADAS-LIGA CARNAVALESCA	DESFILES CARNAVALESCOS	UN	0
112	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	SUBVENÇÃO	UN	0

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA

LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

METAS E PRIORIDADES	2023		
113 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	SUBVENÇÃO	UN	0
PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO			
OBJETIVO : PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS.			
AÇÃO DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
PROM. DE EVENTOS TURÍSTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	UN	0
PROGRAMA: 0032 POLÍTICA DE DESPORTO E LAZER			
OBJETIVO : INCENTIVAR E PROMOVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS	E JOVENS COM A PRÁTICA DO ESPORTE.		
AÇÃO DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0093 MANUTENÇÃO DA POLÍTICA DE DESPORTO E LAZER	PROGRAMAS MANTIDOS	UN	0
0094 GESTÃO DO GINASIO POLIESPORTIVO	ATIVIDADES MANTIDAS	UN	0
2.121 SUBVENÇÃO A ENTIDADE CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE DE TRILHEIROS	SUBVENÇÃO	R\$	0
PROGRAMA: 0033 DESPORTO AMADOR E PROFISSIONAL			
OBJETIVO : APOIAR AS ENTIDADES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUCRATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUN	IICIPAL.		
AÇÃO DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0095 GESTÃO DO ESTADIO ARISTO DA SILVA RIBEIRO	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO MANTIDA	S UN	0
0096 SUBVENÇÃO À LIGA DESPORTIVA	RECURSOS MANTIDOS	UN	0
0128 SUBVENÇÃO AO MACABU TRAIL CLUBE	SUBVENÇÃO	UNI	0
PROGRAMA: 0034 INICIAÇÃO ESPORTIVA			
OBJETIVO : APOIAR AÇÕES DE INICIAÇÃO ESPORTIVA AMPLIANDO OPORTUNIDADES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.			
AÇÃO DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0097 MANUTENÇÃO DE CONVENIO CLUBE DE FUTEBOL	CONVENIO MANTIDO	UN	0
PROGRAMA: 0035 A MÚSICA COMO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO			
OBJETIVO : ESTIMULAR OS JOVENS A EDUCAÇÃO MUSICAL COMO FORMA DE APRIMORAMENTO CULTURAL E DE CONHECIM	MENTO.		
AÇÃO DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
234 APOIO ÀS APRESENTAÇÕES DE ATRAÇÕES MUSICAIS	PROPORCIONAR A CULTURA MUSICAL	UN	(
APOIO AO ENCONTRO DE BANDAS E FANFARRAS E BANDAS MARCIAIS	INTERCÂMBIO CULTURAL	UN	(
36 APOIO À ESCOLA DE MUSICA VILLA LOBOS	EDUCAÇÃO MUSICAL	UN	(
PROGRAMA: 0036 A CULTURA TRANSFORMA			
OBJETIVO : ESTIMULAR AS PESSOAS A CRIAREM O HÁBITO PARA A LEITURA INCENTIVANDO OUTRAS FORMAS DE CULTURA	Α.		
AÇÃO DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
037 PROMOÇÃO DO RESGATE CULTURAL	ESTIMULAR AS PESSOAS A CRIAREM O HABITO DA LEITURA	UN	(
PROGRAMA: 0037 AÇÃO, CULTURA E LAZER			

OBJETIVO : ESTIMULAR AS PESSOAS A PROMOVEREM O LAZER COM A CULTURA, COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE.

LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

	ANEXO DE METAS E 1			
	METAS E PRIORIDA	ADES 2020	UN.IVILBIDI	META FÍSICA 0
ÃO	DESCRIÇÃO TUB DE PUA	PRODUTO PROM. A INTEG. COM A CULT. O LAZER E A COMUNIDADE ATIVIDADES EM DATAS COMEMORATIVAS	UN	0
3	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE RUA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES EM DATAS COMEMORATIVAS AMA: 0038 SEGURANÇA PERTO DE VOCE /O : PROPORCIONAR A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA, EM POSTO FIXO AVANÇADO DA GUARDA MUNICIPAL, AC	OS EREQUENTADORES DA PRAÇA DR. JOSÉ BONIFÁCIO TASSARA, COM AGENTI	ES 24 HS POR	DIA , INIBINDO A META FÍSICA
OGR/	AMA : 0038 SEGURANÇA PERTO DE VOCE /O : PROPORCIONAR A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA, EM POSTO FIXO AVANÇADO DA GUARDA MUNICIPAL, AU AÇÃO DE DELINQUENTES E	PRODUTO POSTO FIXO MANTIDO	UN	0
ÃO 8 ROGR BJETI	DESCRIÇÃO MANUT. DE POSTO AVANÇADO C/ GUARDAS MUNICIPAIS AMA : 0039 PROERD-PROG. EDUCAC. DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS VO : PREVINIR CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR DOS MALES CAUSADOS PELO USO DAS DROGAS.	PRODUTO INFORMAÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTR USO DAS DROGAS	UN.MEDID	=ioic/
ÇÃO 70 ROGE	DESCRIÇÃO MANUT. DO PROG. EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS RAMA: 0040 JOVENS EM AÇÃO IVO: PROMOVER O ENSINO PROFISSIONALIZANTE AOS ALUNOS DO 8º E 9º ANO DA REDE MUNICIPAL DE EN		UN.MED UN	IDA META FÍSI
ÇÃO 71	DESCRIÇÃO MANUTENÇÃO DO PROGRAMA JOVENS EM AÇÃO	CORSOSTA	UN.ME	DIDA META FÍ
PROG OBJET AÇÃO	RAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA IVO : RESERVA DE PASSIVO CONTINGENCIAL PARA DESPESAS IMPREVISTAS	PRODUTO COBERTURA DE PASSIVOS CONTINGENCIAIS	UN	
025	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		The second second	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4°, § 1°)

R\$ 1,00

		EXERCÍCIO 202	23		EXERCÍCIO 2024					EXERCÍCIO 202	5	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR CORRENTE (a)	VALOR	% PIB (a / PIB) x100	% RCL (a / RCL) x100	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b / PIB) x100	% RCL (b / RCL) x100	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c / PIB) x100	% RCL (c / RCL) x100
RECEITA TOTAL	127.271.031,86	122.611.784,07	26,155	103,603	131.343.704,88	122.613.615,46	26,155	103,603	135.284.016,03	122.617.616,27	26,155	103,60
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	121.476.681,54	117.029.558,32	24,964	98,886	125.363.935,35	117.031.306,34	24,964	98,886	129.124.853,42	117.035.125,01	24,964	98,88
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	121.225.390,74	116.787.466,99	24,913	98,682	125.104.603,24	116.789.211,39	24,913	98,682	128.857.741,35	116.793.022,16	24,913	98,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.167.965,24	5.942.163,04	1,268	5,021	6.365.340,13	5.942.251,80	1,268	5,021	6.556.300,34	5.942.445,70	1,268	5,02
CONTRIBUIÇÕES	5.091.193,51	4.904.810,70	1,046	4,144	5.254.111,71	4.904.883,97	1,046	4,144	5.411.735,06	4.905.044,01	1,046	4,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	109.219.679,02	105.221.270,73	22,445	88,909	112.714.708,74	105.222.842,36	22,445	88,909	116.096.150,01	105.226.275,73	22,445	88,90
DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	746.552,97	719.222,51	0,153	0,608	770.442,66	719.233,25	0,153	0,608	793.555,94	719.256,72	0,153	0,60
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	251.290,80	242.091,33	0,052	0,205	259.332,11	242.094,95	0,052	0,205	267.112,07	242.102,85	0,052	0,20
DESPESA TOTAL	127.271.031,86	122.611.784,07	26,155	103,603	131.343.704,88	122.613.615,46	26,155	106,919	135.284.016,03	122.617.616,27	26,155	103,60
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	121.293.953,63	116.853.519,87	24,927	98,738	125.175.360,13	116.855.265,24	24,927	98,738	128.930.620,94	116.859.078,17	24,927	98,73
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	113.359.471,03	109.209.509,66	23,296	92,279	116.986.974,10	109.211.140,87	23,296	95,232	120.496.583,32	109.214.704,36	23,296	92,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.896.189,19	63.483.804,61	13,542	53,642	68.004.867,24	63.484.752,84	13,542	55,358	70.045.013,26	63.486.824,31	13,542	53,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.463.281,84	45.725.705,05	9,754	38,637	48.982.106,86	45.726.388,03	9,754	39,873	50.451.570,06	45.727.880,05	9,754	38,63
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	5.359.034,86	5.162.846,69	1,101	4,362	5.530.523,97	5.162.923,80	1,101	4,502	5.696.439,69	5.163.092,26	1,101	4,36
PAGAMENTO RESTOS A PAGAR DESPESAS PRIMÁRIAS	2.575.447,74	2.481.163,53	0,529	2,097	2.657.862,06	2.481.200,58	0,529	2,164	2.737.597,93	2.481.281,55	0,529	2,09
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	182.727,91	176.038,45	0,038	0,149	188.575,22	176.041,09	0,038	0,149	194.232,48	176.046,84	0,038	0,14
JUROS, ENC. E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (IV)	5.794.350,32	5.582.225,74	1,191	4,717	5.979.769,53	5.582.309,12	1,191	4,868	6.159.162,61	5.582.491,26	1,191	4,71
JUROS, ENC. E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (V)	546.922,34	526.900,13	0,112	0,445	564.423,86	526.908,01	0,112	0,459	581.356,57	526.925,20	0,112	0,44
RESULTADO NOMINAL (VI) = (III + (IV - V))	5.430.155,89	5.231.364,06	1,116	4,420	5.603.920,89	5.231.442,21	1,116	4,420	5.772.038,52	5.231.612,91	1,116	4,42
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	14.701.411,40	14.163.209,44	3,021	11,967	15.171.856,56	14.163.420,99	3,021	11,967	15.627.012,26	14.163.883,13	3,021	11,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-19.614.209,66	-18.896.155,74	-4,031	-15,967	-20.241.864,37	-18.896.437,99	-4,031	-15,967	-20.849.120,30	-18.897.054,56	-4,031	-15,96
RECEITAS PRIMÁRIAS ADVINDAS DE PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS GERADAS POR PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00
IMPACTO DO SALDO DAS PPPs (IX) = (VII - VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,0

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:

CPF:

CRC:

CPF:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4°, §2°, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2021 (a)	% PIB	% RCL	METAS REALIZADAS EM 2021 (b)	% PIB	% RCL	VALOR (c) = (b-a)	% (C/A)
RECEITA TOTAL	83.505.028,54	19,03	75,40	114.740.580,26	26,16	103,60	31.235.551,72	37,406
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	82.324.960,63	18,77	74,33	119.760.831,71	27,30	108,14	37.435.871,08	45,473
DESPESA TOTAL	88.666.098,16	20,21	80,06	108.356.163,77	24,70	97,84	19.690.065,61	22,207
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	81.560.672,63	18,59	73,64	107.030.092,03	24,40	96,64	25.469.419,40	31,228
RESULTADO PRIMÁRIO I-II	764.288,00	0,17	0,69	12.730.739,68	2,90	11,50	11.966.451,68	1.565,699
RESULTADO NOMINAL	1.943.855,91	0,44	1,76	17.461.532,87	3,98	15,77	15.517.676,96	798,294
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	13.668.928,68	3,12	12,34	13.253.986,00	3,02	11,97	-414.942,68	-3,036
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-60.263.793,86	-13,74	-54,41	-17.683.095,40	-4,03	-15,97	42.580.698,46	-70,657

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:
	CRC:	

Pubrica: LACMCM

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4°, §2°, inciso II)

R\$ 1,00

FORFOLFIOLOĞO	,				VALORES A	PREÇOS CORREN	TES					
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
RECEITA TOTAL	82.481.188,12	83.505.028,54	1,241	122.611.784,07	46,832	127.271.031,86	3,800	131.343.704,88	3,200	135.284.016,03	3,000	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	81.458.815,25	82.324.960,63	1,063	120.795.509,15	46,730	121.476.681,54	0,564	125.363.935,35	3,200	129.124.853,42	3,000	
DESPESA TOTAL	91.511.879,67	88.666.098,16	-3,110	115.789.396,60	30,590	127.271.031,86	9,916	131.343.704,88	3,200	135.284.016,03	3,000	
DESPESAS PRIMÁRIAS(II)	79.205.513,56	81.560.672,63	2,973	114.372.356,34	40,230	118.718.505,89	3,800	122.517.498,07	3,200	126.193.023,01	3,000	
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	2.253.301,69	764.288,00	-66,081	6.423.152,81	740,410	2.758.175,65	-57,059	2.846.437,28	3,200	2.931.830,41	3,000	
RESULTADO NOMINAL	3.080.674,56	1.943.855,91	-36,902	11.478.478,41	490,500	8.005.603,63	-30,256	8.261.782,95	3,200	8.509.636,45	3,000	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	13.763.046,79	13.668.928,68	-0,684	14.163.209,44	3,616	14.701.411,40	3,800	15.171.856,56	3,200	15.627.012,26	3,000	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-55.399.057,90	-60.263.793,86	8,781	-18.896.155,74	-68,644	-19.614.209,66	3,800	-20.241.864,37	3,200	-20.849.120,30	3,000	
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
RECEITA TOTAL	101.394.124,56	98.210.264,07	-3,140	122.611.784,07	24,846	122.611.784,07	0,000	122.613.615,46	0,001	122.617.616,27	0,003	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	100.137.321,59	96.822.386,20	-3,310	120.795.509,15	24,760	117.029.558,32	-3,118	117.031.306,34	0,001	117.035.125,01	0,003	
DESPESA TOTAL	112.495.553,68	104.280.198,05	-7,303	115.789.396,60	11,037	122.611.784,07	5,892	122.613.615,46	0,001	122.617.616,27	0,003	
DESPESAS PRIMÁRIAS(II)	97.367.337,82	95.923.507,08	-1,483	114.372.356,34	19,233	114.372.356,35	0,000	114.374.064,67	0,001	114.377.796,62	0,003	
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	2.769.983,77	898.879,12	-67,549	6.423.152,81	614,574	2.862.986,32	-55,427	3.049.103,61	6,501	3.234.688,49	6,087	
RESULTADO NOMINAL	2.926.345,59	1.767.236,65	-39,609	10.741.604,35	507,819	7.813.501,26	-27,259	7.901.838,39	1,131	7.987.396,48	1,083	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	16.918.913,42	16.076.027,02	-4,982	14.163.209,44	21,863	14.163.209,44	0,000	14.163.420,99	0,001	14.163.883,13	0,003	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-68.102.061,88	-70.876.247,96	4,074	-18.896.155,74	-63,123	-18.896.155,74	0,000	-18.896.437,99	0,001	-18.897.054,56	0,003	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:
	CRC:	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4°, §2°, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	105.252.655,22	100,000	10.604.817,47	100,000	36.482.972,27	100,000
RESERVAS	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	105.252.655,22	100,000	10.604.817,47	100,000	36.482.972,27	100,000

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:
	CRC:	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4°, §2°, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	146.300,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	146.300,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	0,00	0,00	0,00
CAL DO FINANCEIDO	2021	2020	2019
SALDO FINANCEIRO	(g) = (a - d) + h	(h) = (b - e) + i	(i) = (c - f)

146.300,00

0,00

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

		<u> </u>	
CPF:	CPF:	CPF:	Rubr
	CRC:		la.
			11 15

146.300,00

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA

TOTAL (III) = (I) - (II)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	
RECEITAS CORRENTES	6.024.266,76	11.768.256,05	9.131.920,93	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.764.109,06	3.057.246,99	2.577.638,13	
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES RECEITAS CORRENTES	3.607.663,10	2.875.311,42	2.378.904,76	
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS	156.445,96	181.935,57	198.733,37	
RECEITA PATRIMONIAL	2.258.101,00	8.618.066,33	6.538.307,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.056,70	92.942,73	15.975,80	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RRPS				
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO				
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO	6.021.068,00	2.912.752,53	3.433.813,37	
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	Page
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT	3.082.167,45	2.303.021,03	998.004,72	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	15.127.502,21	16.984.029,61	13.563.739,02	03.
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	18
ADMINISTRAÇÃO GERAL				11 60 61
DESPESAS CORRENTES	615.505,10	649.450,13	540.519,49	6 - 3
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	21.256,60	A CA
PREVIDÊNCIA SOCIAL				IRT -
PESSOAL CIVIL - DESPESA	8.479.014,30	7.718.069,90	7.466.109,62	1/2.
PESSOAL MILITAR - DESPESA	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
COMPENSAÇÃO PREV DE APOSENTADORIA RPPS E RGPS	0,00	0,00	0,00	
COMPENSAÇÃO PREV DE PENSÕES RPPS E RGPS	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	9.094.519,40	8.367.520,03	8.027.885,71	
RESULTADO PREVIDÊNCIÁRIO (I-II)	6.032.982,81	8.616.509,58	5.535.853,31	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA RPPS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	
TOTAL DE APORTES PARA O RPP\$				
PLANO FINANCEIRO				
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE RESERVA	0,00	0,00	0,00	
OUTROS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL	3.082.167,40	1.213.625,60	1.158.889,20	
OUTROS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMETÁRIA DO RPPS	6.032.982,81	8.616.509,58	5.535.853,31	
BENS E DIREITOS DO RPPS	129.351.807,77	77.047.787,37	68.019.067,38	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

F:	CPF:	CPF:	
	CRC:		Pág:
			rica:
			11 10

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2023

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)	
2021	16.769.654,70	4.201.563,40	12.568.091,30	12.568.091,30	
2022	14.931.320,60	4.649.985,20	10.281.335,40	22.849.426,70	
2023	14.465.617,80	5.006.194,70	9.459.423,10	32.308.849,80	
2024	14.137.926,00	5.345.556,20	8.792.369,80	41.101.219,60	
2025	13.900.316,70	5.680.847,60	8.219.469,10	49.320.688,70	
2026	13.691.948,80	6.012.165,10	7.679.783,70	57.000.472,40	
2027	13.533.130,00	6.331.245,80	7.201.884,20	64.202.356,60	
2028	13.430.219,50	6.648.132,50	6.782.087,00	70.984.443,60	
2029	13.341.909,90	6.960.302,20	6.381.607,70	77.366.051,30	
2030	13.309.443,00	7.266.461,30	6.042.981,70	83.409.033,00	
2031	13.314.403,80	7.560.125,00	5.754.278,80	89.163.311,80	
2032	13.328.188,00	7.849.145,20	5.479.042,80	94.642.354,60	
2033	13.377.184,60	8.135.613,30	5.241.571,30	99.883.925,90	
2034	13.432.095,10	8.425.225,60	5.006.869,50	104.890.795,40	
2035	13.517.065,90	8.717.848,80	4.799.217,10	109.690.012,50	
2036	13.579.922,40	9.005.416,90	4.574.505,50	114.264.518,00	
2037	13.049.936,90	9.295.976,30	3.753.960,60	118.018.478,60	
2038	13.195.940,00	9.564.364,50	3.631.575,50	121.650.054,10	
2039	13.371.963,80	9.825.964,00	3.545.999,80	125.196.053,90	
2040	13.591.946,00	10.074.434,90	3.517.511,10	128.713.565,00	
2041	13.427.632,30	10.299.177,10	3.128.455,20		
2042	13.290.953,70	10.507.433,60	2.783.520,10	134.625.540,30	
2043	1.188.492,40	10.706.008,10	-9.517.515,70	125.108.024,60	
2044	975.407,90	10.893.138,20	-9.917.730,30		
2045	786.393,30	11.053.799,80	-10.267.406,50		
2046	622.475,90	11.181.041,10	-10.558.565,20	94.364.322,60	
2047	488.617,80	11.288.146,60	-10.799.528,80		
2048	382.144,60	11.369.821,40	-10.987.676,80		
2049	289.794,00	11.431.271,20	-11.141.477,20		
2050	208.550,50	11.475.300,50	-11.266.750,00		
2051	136.699,30	11.495.511,80	-11.358.812,50		
2052	79.534,90	11.490.572,40	-11.411.037,50		T V
2053	42.044,50	11.461.540,80	-11.419.496,30		
2054	21.212,60	11.399.534,70	-11.378.322,10		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2023

2023				
-6.707.468,50	-11.308.689,90	11.320.672,90	11.983,00	2055
-17.937.188,30	-11.229.719,80	11.237.967,10	8.247,30	2056
-29.085.041,50	-11.147.853,20	11.154.330,30	6.477,10	2057
-40.193.933,00	-11.108.891,50	11.114.660,60	5.769,10	2058
-51.473.362,10	-11.279.429,10	11.284.954,80	5.525,70	2059
-63.948.362,60	-12.475.000,50	12.480.941,40	5.940,90	2060
-82.865.922,30	-18.917.559,70	18.926.924,00	9.364,30	2061
-107.212.402,80	-24.346.480,50	24.358.713,30	12.232,80	2062
-132.671.856,00	-25.459.453,20	25.472.127,70	12.674,50	2063
-165.161.613,00	-32.489.757,00	32.506.240,00	16.483,00	2064
-194.702.188,20	-29.540.575,20	29.555.231,20	14.656,00	2065
-223.784.547,80	-29.082.359,60	29.096.619,60	14.260,00	2066
-277.865.286,60	-54.080.738,80	54.109.031,90	28.293,10	2067
-331.148.638,30	-53.283.351,70	53.311.089,90	27.738,20	2068
-395.122.597,80	-63.973.959,50	64.007.664,50	33.705,00	2069
-490.377.686,90	-95.255.089,10	95.306.495,10	51.406,00	2070
-572.798.128,60	-82.420.441,70	82.464.512,10	44.070,40	2071
-655.601.820,60	-82.803.692,00	82.847.929,80	44.237,80	2072
-768.211.677,00	-112.609.856,40	112.670.935,30	61.078,90	2073
-877.496.651,80	-109.284.974,80	109.344.147,30	59.172,50	2074
-974.458.650,40	-96.961.998,60	97.014.183,00	52.184,40	2075
-1.085.264.204,90	-110.805.554,50	110.865.578,80	60.024,30	2076
-1.188.212.446,10	-102.948.241,20	103.003.828,60	55.587,40	2077
-1.279.696.461,10	-91.484.015,00	91.533.136,40	49.121,40	2078
-1.389.670.579,30	-109.974.118,20	110.033.746,60	59.628,40	2079
-1.487.360.782,60	-97.690.203,30	97.742.917,80	52.714,50	2080
-1.576.853.286,50	-89.492.503,90	89.540.629,50	48.125,60	2081
-1.655.199.843,50	-78.346.557,00	78.388.432,50	41.875,50	2082
-1.749.671.243,50	-94.471.400,00	94.522.474,20	51.074,20	2083
-1.829.246.996,60	-79.575.753,10	79.618.462,80	42.709,70	2084
-1.903.757.949,20	-74.510.952,60	74.550.867,00	39.914,40	2085
-1.980.502.990,80	-76.745.041,60	76.786.296,20	41.254,60	2086
-2.056.209.173,20	-75.706.182,40	75.746.924,10	40.741,70	2087
-2.144.005.074,20	-87.795.901,00	87.843.565,00	47.664,00	2088
-2.226.946.814,40	-82.941.740,20	82.986.732,80	44.992,60	2089
-2.322.393.759,40	-95.446.945,00	95.499.097,20	52.152,20	2090
-2.412.478.825,90	-90.085.066,50	90.134.256,40	49.189,90	2091
-2.496.350.353,50	-83.871.527,60	83.917.270,80	45.743,20	2092

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2023

2093	34.816,80	64.488.098,50	-64.453.281,70	-2.560.803.635,20	
2094	40.245,20	73.964.013,10	-73.923.767,90	-2.634.727.403,10	
2095	30.013,60	55.777.854,30	-55.747.840,70	-2.690.475.243,80	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:	
	CRC:		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2023

	2020		
FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO			
CPF:	CPF:	CFF.	

CRC:



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

EVENT0	VALOR PREVISTO 2023
AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA	0,00
(-) TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	0,00
(-) TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEF	0,00
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
REDUÇÃO PERMANENTE DA DESPESA	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I+II)	0,00
SALDO UTILIZADO DA MARGEM BRUTA (IV)	
IMPACTO DE NOVAS DOCC	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III-IV)	0,00

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:	
	CRC:		



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2023

LRF, art. 4°, par. 3°

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR	
DEMANDAS JUDICIAIS	250.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	250.000,00	
OUTROS RISCOS FISCAIS	125.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	125.000,00	
TOTAL	375.000,00		375.000,00	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CONFORME PROCESSOS ADMINSITRATIVO MUNICIPAL 1.347/2022 E 1.348/2022

CPF:	CPF:	CPF:	
	CRC:		



1 500000 RIO

Pág.: 301

Rubrica: C.M.C.M



Pág: 40

Rubrica: 4

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

PROJETO DE LEI Nº 25/2022 "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU PARA O EXERCÍCIO DE 2023, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o Processo Legislativo, o qual é integrado pelo nosso Município".

PARECER DO RELATOR:

Primeiramente é pertinente esclarecermos que é dessa Comissão a competência de análise do projeto de lei apresentado, eis que originariamente lhe fora atribuída essa função, conforme preconiza o artigo 79 do Regimento Interno desta casa legislativa.

Após análise do citado projeto de lei, constatou-se que o mesmo está em consonância com as regras que regem a legalidade e dentro dos conceitos constitucionais, sendo que a matéria guarda pertinência com as prerrogativas do Executivo Municipal.

Diante do exposto, tem-se que referido Projeto de Lei está de acordo com a Lei Orgânica do Município e obedece as técnicas Jurídicas e Legislativas, razão pela qual opino no sentido de que o parecer desta COMISSSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, seja pela aprovação do Projeto de Lei n. 025/2021, apresentado pelo Poder Executivo do Município de Conceição de Macabu – RJ.

CONCLUSÃO DA COMISSÃO:

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, amparado pelo artigo 79 do Regimento Interno, diante dos aspectos que cumpre a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação analisar não existem óbices à aprovação do Projeto de Lei nº 025/2021, haja vista que os preceitos constitucionais, legais e regimentais foram observados, razão pela qual opinamos pela sua **aprovação**, **sem emendas.**

Ind"

Relator: Lucas Madureira Pereira

💢 Voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 025/2021.



Pág: AL C.M.C.M

Rubrica! AA

Presidente: Sandro de Oliveira Daumas () Pelas conclusões do relator

Membro: Carlos Augusto Paula Barbosa () Pelas conclusões do relator

VOTOS DIVERGENTES: nenhum.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVO DA DIVERGÊNCIA: nenhuma

FAVORÁVEIS OS VEREADORES: Lucas Madureira Pereira, Sandro de Oliveira Daumas, Carlos Augusto Paula Barbosa.

FAVORÁVEIS COM RESTRIÇÃO OS VEREADORES: nenhum

CONTRÁRIOS OS VEREADORES: nenhum

EMENTA DO PARECER: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 025/2021, por unanimidade de votos.

Câmara de Vereadores de Conceição de Macabu, RJ, _____ horas, em _____.



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

PROJETO DE LEI Nº 25/2022 "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU PARA O EXERCÍCIO DE 2023, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o Processo Legislativo, o qual é integrado pelo nosso Município".

PARECER DO RELATOR:

Primeiramente é pertinente esclarecermos que é dessa Comissão a competência de análise do projeto de lei apresentado, eis que originariamente lhe fora atribuída essa função, conforme preconiza o artigo 80 do Regimento Interno desta casa legislativa.

Após análise do citado projeto de lei, constatou-se que o mesmo está em consonância com as regras que regem a legalidade e dentro dos conceitos constitucionais, sendo que a matéria guarda pertinência com as prerrogativas do Presidente do Legislativo Municipal.

Diante do exposto, tem-se que referido Projeto de Lei está de acordo com a Lei Orgânica do Município e obedece as técnicas Jurídicas e Legislativas, razão pela qual opino no sentido de que o parecer desta **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, seja pela **aprovação** do <u>Projeto de Lei n. 025/2022</u>, apresentado pelo Poder Executivo do Município de Conceição de Macabu – RJ.

CONCLUSÃO DA COMISSÃO:

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, amparado pelo artigo 80 do Regimento Interno, diante dos aspectos que cumpre a esta Comissão de Finanças e Orçamento analisar não existem óbices à aprovação do <u>Projeto de Lei n. 25/2022</u>, haja vista que os preceitos constitucionais, legais e regimentais foram observados, razão pela qual opinamos pela sua **aprovação**, <u>sem emendas.</u>



- Automorphis - Control -	
C.M.C.M	
112 1-	AND LOSS OF THE PARTY OF THE PA
269:45	
Pag.	AND ADDRESS OF THE PARTY OF THE
RUDY CA CONTROL OF THE PROPERTY OF THE PROPERT	
New real and the second	

Ame.

Relator: Lucas Madureira Pereira

Voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 025/2022.

Parlosa

Presidente: Carlos Augusto Paula Barbosa () Pelas conclusões do relator

Membro: Sandro de Oliveira Daumas () Pelas conclusões do relator

VOTOS DIVERGENTES: nenhum.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVO DA DIVERGÊNCIA: nenhuma

<u>FAVORÁVEIS OS VEREADORES</u>: Lucas Madureira Pereira, Sandro de Oliveira Daumas, Carlos Augusto Paula Barbosa.

FAVORÁVEIS COM RESTRIÇÃO OS VEREADORES: nenhum

CONTRÁRIOS OS VEREADORES: nenhum

EMENTA DO PARECER: Pela aprovação do <u>Projeto de Lei n. 025/2021</u>, por unanimidade de votos.

Câmara de Vereadores de Conceição de Macabu, RJ, _____ horas, em _____.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU Gabinete da Presidência

Ofício GP nº 149/2021

Conceição de Macabu/RJ, 21 de junho de 2022.

Ao Prefeito de Conceição de Macabu Exmº Sr. Valmir Tavares Lessa

Assunto: Encaminhamento Autógrafo PLO 25/2022 – Poder Executivo Prefetura Municipal de Conc. De Macabul
PROTOCOLO GERAL
19959122
Em 23 1 06 1 32
Ann.: 19959122

Excelentíssimo Sr. Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente, para encaminhar a Vossa Excelência, autógrafo do Projeto de Lei (PLO) nº 25/2022, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do Município de Conceição de Macabu - RJ, para o exercício de 2023".

Informo a Vossa Excelência que a proposição foi protocolizada nesta Casa Legislativa em 13/04/2022, sendo lida no dia 18/04/2022. A matéria foi encaminhada para tramitação pelas comissões permanentes da Câmara e inclusa na Ordem do Dia da reunião ordinária de 06/06/2022, tendo sido aprovada por unanimidade em primeira discussão e votação. Não tendo recebido emendas, a proposição foi levada à segunda discussão e votação na reunião ordinária do dia 20/06/2022, sendo aprovada por unanimidade.

Encaminho o presente autógrafo para sanção e publicação do PLO em forma de Lei Municipal, conforme previsto na Lei Orgânica do Município (LOM).

Manifestando a Vossa Excelência protestos de elevada e estima consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Jorge Luiz Silva Andrade

(Dhal) Presidente da Câmara Biênio 2021/2022



AUTÓGRAFO PROJETO DE LEI Nº 25/2022

Autoria: Poder Executivo



Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do Município de Conceição de Macabu - RJ para o exercício de 2023.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU - RJ aprovou, e eu, Valmir Tavares Lessa, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1° Em cumprimento ao disposto no art.165, \$2°, inciso II, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4° da Lei Complementar n°101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- 1 Diretrizes, metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II- A organização e a estrutura dos orçamentos;
- III- As diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV- As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V- As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI- As disposições sobre a Legislação Tributária do Município;
- VII- As disposições relativas à Dívida Pública;
- VIII- As disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

- I- Anexo de Metas Fiscais, composto de:
- a. Demonstrativo de metas anuais:
- b. Avaliação do cumprimento das metas fiscais po exercício anterior;
- c. Demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- d. Evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
- e. Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f. Receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social RPPS;
 g. Projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais;
- h. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- i. Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado:
- j. Demonstrativo da Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- II- Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

CAPITULO

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em conformidade como disposto no art.165, §2º, da Constituição Federal, no art.4ºda Lei Complementar nº101/2000, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2023, serão estabelecidas nesta Lei, em Anexo próprio, el terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, todavia não se constituem limites à programação das despesas.





Pás: C.M.C.M

RHBPIGA: ##

- O Desenvolvimento Econômico
- II O Desenvolvimento Urbano
- III- O Desenvolvimento Administrativo
- IV- O Desenvolvimento Social
- Art. 3º Será garantida a destinação e recursos o camentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência do Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Art. 4º O Município de Conceição de Macabu, implementará o atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.
- Art. 5º Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade em um processo de democracia participativa, voluntária e universal, em atendimento ao disposto no art.44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

CAPITULO II ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

- Art. 6º A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento.
- Art 7º O Projeto de Lei Orçamentária do Munidípio de Conceição de Macabu relativo ao exercício de 2023 deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:
- l- O princípio da justiça social implica assegurar na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;
- II- O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
- III- O princípio da transparência implica, publicidade, a utilização dos meios disponíveis par a garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e
- IV- 0 princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.
- Art. 8°. Para efeito desta lei, entende-se por:
- I- Diretriz: o conjunto de princípios que orienta perecução dos Programas de Governo;
- II- Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público; III- Subfunção: Uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- IV- Programa: O instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- V- Ação: Especifica a forma de alcance do objet vo do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos, que devem ser detalhados em unidade se medidas:





Atividade: O instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

VI- Projeto: O instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VII- Operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

VIII- Órgão orçamentário: constituí a categoria mais elevada da Classificação Institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolver em um programa de trabalho definido:

IX- Unidade orçamentária: constitui-se em um desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta ou da administração indireta, em cujo nome a lei orçamentária anual consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho:

X- Modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;

XI- Concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de recursos orçamentários; e

XII- Convenente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando orçamentários.

§1°. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos soba forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2°. Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a sub função às quais se vinculam.

§3°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 9°. As metas físicas serão indicadas no desdebramento da programação vinculada aos respectivos projetos, atividades e operações especiais, de modo a especificara ação/meta integral ou parcial dos programas de trabalho.

Art.10. O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art.11.0 Poder Executivo também encaminhara ao Poder Legislativo, até 31 de agosto de 2022, o Orçamento de Investimento das empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, se houver.

Art.12. A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis: l- Categoria Econômica;

II- Origem;

III - Espécie;

IV - Rubrica;

V- Alínea:

AR



C.M.C.M Rubrica:

§ 1°. A categoria econômica da receita, primeiro ήίνει de classificação, está assim detalhada:

- I- Receitas Correntes-1; e
- II- Receitas de Capital-2.
- §2°. A Origem, segundo nível da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.
- §3°. O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.
- §4º. O quarto nível, a Rubrica, agrega, dentro de dada espécie de receita, de termina das receitas com características próprias e semelhantes entre si.
- §5°. A Alínea, quinto nível, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.
- §6° O sexto nível, a sub alínea, representa o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art.13. A despesa orçamentária será discriminada por:

- Órgão Orçamentário;
- II- Unidade Orçamentária;
- III- Função:
- IV- Sub função;
- V- Programa;
- VI- Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VII- Categoria Econômica;
- VIII- Grupo de Natureza da Despesa;
- Modalidade de Aplicação; IX-
- X- Elemento de Despesa;
- XI- Fonte de Recursos.
- §1°. A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada: I -

Despesas Correntes- 3; e

II-Despesas de Capital- 4.

- §2°. Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:
- l- Pessoal e encargos sociais-1;
- II- Juros e encargos da dívida-2;
- III- Indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.
- § 3°. O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.
- §4°. Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:
- I- Transferências à União-20;
- II- Transferências a Estados e ao DistritoFederal-30;
- III- Transferências a municípios Fundo a Fundq-41
- IV- Transferências a instituições privadas sem fir slucrativos-50;
 V- Transferências a instituições privadas com fir s lucrativos-60;
- V- Transferências a consórcios públicos-71;
- VI- Execução orçamentária delegada a Consórdios Públicos-72;



- iHal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL

Pág.: 49
Rubrica:

VII- Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratamos §§1° e 2° do art. 24 da Lei Complementar n° 141,de 2012;

VIII- Aplicações diretas-90; e

IX- Aplicação direta de corrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social-91.

§5° Fica o Poder Executivo autorizado a criar for tes de recursos, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2023 e em seus Créditos Adicionais. §6°. A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

§7° A Lei Orçamentária Anual para 2023 conterá a destinação de recursos, classificados por Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretariado Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

I- O Município poderá incluir na Lei Orçamentaria, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no §7° deste artigo;

II- As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo;

III- Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercicio diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§8° As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§9º..Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às atualizações dos Planos de Contas da Receita e da Despesa, durante a execução orçamentária.

Art.14. A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor será identificada pelo dígito 7 (sete) no que se refere ao Projeto. Quanto à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos será identificada pelo dígito 9(nove).

Art.15. A Reserva de Contingência prevista no art.45 desta lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

Art.16. A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

l- À participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

Il- Ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e

III - Ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na proposta orçamentária de 2023, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento ao Poder Legislativo, do correspondente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Art. 18. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:





C.M.C.M Rubrica:

l- 0 comportamento da arrecadação de receitas do exercício anterior;

II- O demonstrativo, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;

- a situação observada no exercício de 2020 em relação aos limites de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº101/2000;

IV - O demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;

 ∨ - O demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional n°29/2000;

VI - A discriminação da dívida pública total acumulada.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I- Texto da lei;

II- Quadros orçamentários consolidados;

III- Anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei:

IV- Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, §5°, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e

V- Discriminação da legislação da receita e da despesa referente ao Orçamento Fiscal.

§1º. Integrará o Orçamento Fiscal todos os qua**d∤o**s previstos no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§2°. Integrará o Orçamento de Investimento, no μμe lhe couber, os quadros previstos na lei citada no parágrafo anterior,

CAPÍTULO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art.20. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual estabelecido na LC 101/200, relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts.153, §51, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº25/2000 e n°58/2009.

§1°. O duodécimo devido ao Poder Legislativo selá repassa do até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art.29-A, §2°, inciso II, da Constituição

§2°. A despesa total com folha de pagamento de Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassara 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo como estabelecido no art.29-A, §1°, da Constituição Federal.

Art.21. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de julho do corrente exercício, observadas as disposições desta lei.

CAPITULO IV DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E \$ UAS ALTERAÇÕES

SECÃOI

Diretrizes Gerais





Art.22. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em coma a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra apresente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§1°. Será dada ampla divulgação, inclusive em melos eletrônicos de acesso público:

I-Pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, dos instrumentos de gestão previstos no art.48, caput, da Lei Complementar n°101/2000.

II- Pelo Poder Executivo:

- a) Da Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- b) Das alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
- c) Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
- d) Do Relatório de Gestão Fiscal.
- §2°. Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e da Controladoria- Geraldo Município, deverá:
- l- Manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os Instrumentos de gestão descritos no art.48, caput, da Lei Complementar n°101/2000; e
- II- Providenciar as medidas previstas no inciso II, do §1°, do citado artigo, a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023 e nos prazos definidos pela Lei Complementar n°101/2000.
- Art.23. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante.
- Art.24. O Poder Executivo, sob a coordenação das Secretarias Municipais de Planejamento e de Fazenda, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da metade resultado primário estabelecida nesta lei.
- §1º. O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.
- §2°. O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023.
- Art25. No prazo previsto no §2ºdo artigo anterior, o Poder Executivo, sob a coordenação das Secretaria Municipal de Planejamento e de Fazenda, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e a sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº101/2000.
- Art.26. Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, por Fonte de Recursos, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.
- §1°. Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentária se da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art as metas fiscais previstas no Anexo de Metas proporcional ao montante dos recursos alocados para o



atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de

execução.

§2° Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art27. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será leita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art.28. As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municip**ais** e Empresas Públicas, se houver, serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de maio de 2020 e apresentadas à Secretaria Municipal de Planejamento até o dia 30 de julho de 2022, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art.29. A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou elapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados con recursos de convênios e operações de crédito.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

Art. 30. É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros entragos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Parágrafo único. Somente serão incluídas na proposta orçamentária anual, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal até 30 de junho de 2022.

Art.31. A Lei Orçamentária de 2023 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

l- Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; II- certidão de que não tenham sido opostos embargo sou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art.32. A Procuradoria Geral do Município encamilhhará à Secretaria Municipal de Planejamento, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2022 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2023 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, §1°, da n°62/2009, discriminados conforme detalhamento constante do art. 14 desta lei, especificando:

I- Número e data do ajuizamento da ação originaria;

II- Número do precatório;

III- Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV- Enquadramento (alimentar ou não-alimentar)

V- Data da autuação do precatório;

VI- Nome do beneficiário;

VII- Valor do precatório a ser pago;

VIII- Data do trânsito em julgado; e

IX- Número da vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único. A forma de pagamento e a ajualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2022, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no art.100, §1°, da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº62/2009 e no Decreto nº213/2010.



Pág: 53

Rubrica: 44

Art.33. O pagamento das obrigações de pequendo valor de que trata o art.100, §3°,da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, e pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, sujeitar-se-á ao disposto na legislação vigente.

Art.34. Na programação da despesa não poderão

I- Ser incluídas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II- Ser incluídas despesas a título de Investimentos-Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, reconhecidos na formado art.167, §3° da Constituição Federal;

III- Ser classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada; e

IV- Ser incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais.

Art.35. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I- Ações que não sejam de competência exclusiva ou comum do Município, ou com ações para as quais a Constituição Federal não estabeleça a obligação do Município de cooperar técnica e/ou financeiramente: e

II- Clubes, associações de servidores ou quais quer outras entidades congêneres.

Art. 36. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamen ária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, subvenções econômicas, auxílios ou contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com ou sem fins lucrativos e amparadas por leis municipais.

Parágrafo único. Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determinam o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, e art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.37. A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

l- Custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, conforme legislação em vigor;

II- Custeio administrativo e operacional;

III- Garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;

IV- Garantia do cumprimento do disposto no art 44 e 46 desta lei;

V- Pagamento de sentenças judiciais;

VI- Contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e

VII- Reserva de contingência, conforme especificado no art.44 desta lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra arroladas poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art.38. A sobras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art.39. O controle de custos, a avaliação de resultados previstos no art.4°, inciso I, alínea "e", e no art.50, §3°, da Lei Complementar nº101/2000, e a avaliação dos Programas de Governo constantes do Plano Plurianual-PPA, serão realizados pela Controladoria do Município.







SEÇÃOII

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art.40. O Orçamento Fiscal estimará as receitas e etivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art.41. É vedada a realização de operações de credito que excedam o montante da despesa de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementar es ou especiais com finalidade precisa.

Art.42. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

- 1- Os fatores conjunturais que possam vir a influer ciar a produtividade;
- II- O aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e
- III- As alterações tributárias.

Art.43. O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no art.77 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Art.44. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência no valor de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos de contingente se a outros riscos de eventos fiscais imprevistos.

Art.45. Fica o Poder Executivo, nos termos do art 167, inciso VI, da Constituição Federal, e arts. 7°, 42 e 43, §1°, inciso I, II, III e IV, da Lei Federal n°4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar e efetuar Remanejamento.

Parágrafo único. Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa.

Art. 46. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do art.167, inciso VI, da Constituição Federal, e arts.7°, 42 e43, §1°, inciso I, II, III e IV, da Lei Federal n°4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional e Transferência.

Parágrafo único. Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos.

Art.47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto nos arts. 167, §2°, da Constituição Federal e104, §2°, da Lei Orgânica do Município, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Para a reabertura dos créditos previstos no caput, o Executivo utilizar-se-á dos instrumentos previstos no art.43, §1°, incisos I, II e IV da Lei Federal n°4.320/64.

Art. 48. Os recursos de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Controladoria Geraldo Município.







SEÇĂDIII

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 49. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204, e 212, § 4°, da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

l - Das contribuições sociais previstas na Constituição destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;

destinadas por lei as despesas do Orçamento Fiscal,

| - Da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com

encargos previdenciários do Município; e

III - Do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no orçamento Fiscal.

CAPITULOV

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COMPESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 50. As despesas com pessoal e encargos sociais para 2023 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº 9.717/1998, na Lei Complementar nº101/2000 e na legislação municipal em vigor.

Art.51. Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de maio de 2022 projetada para o exercício, considerando os eventuais públicos municipais, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sempre juízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº101/2000, observado o contido no art.37, inciso II, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A ampliação de despesas na forma prevista no §1°do art. 169 da Constituição Federal estará condicionada ao cumprimento dos limites para gastos com pessoal, previstos na Lei Complementar nº 101/2000, calculados sem a inclusão de receitas vinculadas impossibilidade de sua utilização em despesa com pessoal.

Art.52 O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observara previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentá ia de 2023, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites do art. 20, inciso III, e do art.21da Lei Complementar n°101/2000.

Art. 53. O Poder Executivo, por intermédio do órgão de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará, até 31 de julho de 2022, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos de cargos percentuais.

§1°. O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§2° Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste altigo.





Pág: 56
Rubrica: 44

Art. 54. No exercício financeiro de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

Existirem cargos vagos a preencher;

II - Houver prévia dotação orçamentária suficiente para d atendimento da despesa; e

III - Forem observados os limites previstos no art. 22, incliso IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos ou funções somente poderão ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo, no art. 169, §1°, incisos I e II, da Constituição Federal, nos arts.16 e 17 da Lei Complementar n°101/2000.

Art. 55. No exercício de 2023 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites estabelecido na LC 101/2000, somente poderá correr quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos nas situações emergenciais de risco qui de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de se viço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de competência do Chefe do Poder Executivo, ou caberá a quem ele delegar, respeitados os limites orçamentários de cada órgão.

Art. 56. A proposta orçamentária assegurará no mínimo 0,1% (um décimo por cento) do orçamento anual para a capacitação e o desenvolvimento dos servidores municipais.

Art. 57. O disposto no art. 18, §1° da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidor es e empregados públicos para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal

do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II- Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; e

III- Não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 58. Ocorrendo alterações na legislação tributária en vigor, decorrente de lei aprovada até o término deste exercício que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a procedera os devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 59. Na previsão da receita, para o exercício financeiro de 2023, serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Art. 60. Os projetos de lei de concessão de anistia, rem são, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.





Pág.: 67.M.C.M
Rubrica: 44.

Art. 61. Os tributos lançados se não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 30, II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 62. Os Orçamentos da Administração Direta e da Administração Indireta (Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais) deverão destinar recursos para o pagamento do serviço da dívida municipal.

Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de junho de 2020.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇ DES FINAIS

Art. 63. Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento disciplinará:

- I- O calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II- A elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundação, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, se houver; e
- III- As instruções para o devido preenchimento das probestas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.
- Art. 64. Para os efeitos do disposto no art.16, da Lei Cdrhplementar nº101/2000:
- I- As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art.38 da Lei 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóve s urbanos a que se refere o art. 182, §3º da Constituição Federal; e
- II- As despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 6, §3° da Lei Complementar n°101/2000, são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do art.24, incisos I e II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.
- Art. 65. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento a os arts.15 e16 da Lei Complementar n°101/2000.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada orgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do caput deste artigo.

- Art. 66. Os valores das metas fiscais em anexo, devem ser considerados como estimativa, admitindo-se variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até de 2023 ao Legislativo Municipal.
- Art.67. A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.







Art. 68. Para efeito do disposto no art.42 da Lei Complementar nº101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou de instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública Municipal, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 69. Cabe à Controladoria Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao art.9° e seus parágrafos da Lei Complementar n°101/2000.

Art. 70. Caso o projeto de Lei Orçamentaria de 2023 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constantes poderá ser executada em cada unidade orçamentaria até sua aprovação.

Art. 71. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os vaiores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante Créditos Adicionais Suplementares e Especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal e do art. 103, § 7º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 72. Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Prefeito Rozendo Fontes Tavares, 21 de junho de 2022.

Jorge Luiz da Silva Andrade Presidente da Câmara



LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO : AMORTIZAR A DIVIDA PÚBLICA E CONCEDER SUBVENÇÕES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS .

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
023	AMORTIZAÇÃO DO PARC.INSS/IPASCON	PAGAMENTO DE DIVIDAS MANTIDAS	UN	0

PROGRAMA: 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO : PROVER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DOS SEUS DIVERSOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS ATRAVÉS DE AÇÕES VOLTADAS A MANUTENÇÃO E

APRIMORAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
001	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENGARGOS - GABINETE	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - GABINETE	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	
013	MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - PROC. GERAL	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
014	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PROC. GERAL	ATIVIDADES DA PROCURADORIA MANTIDAS	UN	
016	MANUTENÇÃO DE PESSOAL ENCARGOS - ADMINISTRAÇÃO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
018	CARTAO DO SERVIDOR	CARTAO DO SERVIDOR MANTIDO	UN	
17	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - ADMINISTRAÇÃO	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	
021	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - FAZENDA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - FAZENDA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	
027	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PLANEJAMENTO	ATIVIDADES DA SECRETARIA MANTIDAS	UN	
027	MANUTENÇÃO DE PESSOAL ENCARGOS - PLANEJAMENTO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
032	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - CULTURA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CULTURA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	
039	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - OBRAS	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
040	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - OBRAS	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	
072	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - SERV. PÚBLICOS	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN (70	P
073	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SERV. PÚBLICOS	ATIVIDADES DA SECRETARIA MANTIDAS	UN E	Page
074	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - AGRICULTURA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	Rubrica:	1 1
075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - AGRICULTURA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN P	1 1
079	MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - MEIO AMBIENTE	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	151
080	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - MEIO AMBIENTE	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN /	1200
083	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - TURISMO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN H	13 15
084	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - TURISMO	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN A	A.C.W.C.W
0089	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - CONTROLE INTERNO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN \	
0090	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONTROLE INTERNO	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	1
0091	MANUT. DE PESSOAL ENCARGOS - ESPORTE E LAZER	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
0092	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - ESPORTE E LAZER	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	
004	MANUT. DE PESSOAL E ENGARGOS - SEG. PÚBLICA	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	
005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SEG. PÚBLICA	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS	UN	

CONSTR. DE ESPAÇOS DE PROJETOS PAISAGÍSTICOS

OBJETIVO : CONSTRUIR PRAÇAS, PARQUES E JARDINS OBJETIVANDO OFERECER NOVAS OPÇÕES DE LAZER E CONVIVÊNCIA À POPULAÇÃO.

PROGRAMA: 0009 EDIFICAÇÕES PAISAGÍSTICAS

DESCRIÇÃO

Emissão 13/04/2022 - 10:24

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LDO 2023 **ANEXO DE METAS E PRIORIDADES**

METAS E PRIORIDADES 2023

		1
MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - GOVERNO QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN/	0
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - GOVERNO ATIVIDADES - GOVERNO	UN	0
MANUT. DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS FROTA MUNICIPAL MANTIDA	UN	0
MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. PESSOAL	UN	0
SECRETARIA MUNICIPALDE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. MANUTENÇÃO	UN	0
AMA: 0002 COMUNICAÇÃO SOCIAL, DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE		
VO : EFETUAR DIVULGAÇÃO DE ATO INSTITUCIONAL E PUBLICAÇÃO DE ATO OFICIAL POR MEIO PRÓPRIO E TERCEIRIZADO		
DESCRIÇÃO PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
MANUT, DAS ATIVIDADES DE DIVULG. E PUBLIC. INSTITUCIONAL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MANTIDOS	UN	0
AMA: 0003 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE ADMINISTRATIVA		
O : AMPLIAR E MODERNIZAR A SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA AFIM DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA O SERVIDOR E MELHOR ACESSIBILIDADE AOS MUNÍCIPE	S.	
DESCRIÇÃO PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DA ADMINISTRAÇÃO PRÉDIO SEDE DA ADMINISTRAÇÃO AMPLIADO	UN	0
AMA: 0005 PROJETO JUSTIÇA NA COMUNIDADE		
VO : ATENDIMENTO JURÍDICO AOS MUNÍCIPES RESIDENTES EM COMUNIDADES CARENTES.		
DESCRIÇÃO PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
ATENDIMENTO JURÍDICO EM COMUNIDADES CARENTES COMUNIDADES ATENDIDAS	UN	0
AMA: 0006 PRECATÓRIOS JUDICIAIS		
VO : RESERVAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS.		
DESCRIÇÃO PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS PRECATORIOS JUDICIAIS MANTIDOS	UN	0
AMA: 0007 PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PAISAGÍSTICOS		
VO : MANTER E PRESERVAR OS ESPAÇOS PAISAGÍSTICOS AFIM DE GARANTIR AO CIDADÃO MACABUENSE MAIOR QUALIDADE DE VIDA E MELHOR ACESSIBILIDADE.		
DESCRIÇÃO PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
MANUT.E REFOMA DEPRAÇAS PARQUES E JARDINS ESPAÇOS PAISAGISTICOS MANTIDOS	UN	0
AMA: 0008 MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA		
VO : AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS VISANDO MELHORES CONDIÇÕES NAS VIAS PÚBLICAS E ESTRADAS VICINAIS.		
DESCRIÇÃO PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS P/ OBRAS EQUIPAMENTOS E MAQUINAS MANTIDOS	UN	0
	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - GOVERNO MANUTENÇÃO DE SESOAL E IECNAÇÃOS - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. MANUTENÇÃO COMUNICAÇÃO SOCIAL, DIVULGAÇÃO E PUBLICICIADOE DESCRIÇÃO PRODUTO MANUT. DAS ATMIDADES DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIA, INSTITUCIONAL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MANITIDOS AMA: 0003 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA AFIM DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA O SERVIDOR E MELHOR ACESSIBILIDADE AOS MUNICIPE DESCRIÇÃO PRODUTO AMPLIAÇÃO DO PREDIO SEDE DA ADMINISTRAÇÃO AMPLIADO AMPLIAÇÃO DO PREDIO SEDE DA ADMINISTRAÇÃO AMPLIADO AMA: 0003 PROJETO JUSTIÇA NA COMUNIDADE 70 : ATENDIMENTO JURÍDICO AOS MUNICIPES RESIDENTES EM COMUNIDADES CARENTES. DESCRIÇÃO PRODUTO ATENDIMENTO JURÍDICO DE COMUNIDADES CARENTES COMUNIDADES CARENTES. DESCRIÇÃO PRECATORIOS JUDICIAIS AMA: 0005 PRECATORIOS JUDICIAIS PRODUTO PAGAMENTO DE PRECATORIOS JUDICIAIS PRODUTO PAGAMENTO DE PRECATORIOS JUDICIAIS PRODUTO PAGAMENTO DE PRECATORIOS JUDICIAIS MAN: 0007 PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PAISAGÍSTICOS AFIM DE GARANTIR AO CIDADÃO MACABUENSE MAIOR QUALIDADE DE VIDA E MELHOR ACESSIBILIDADE. DESCRIÇÃO PRODUTO MANUTE REFORMA DE PREÇATORIOS JUDICIAIS AMATIDOS AMA: 0008 MAQUINÂTIOS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA ACO: : ADUSTICÁ DO DE MIQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA ACO: : ADUSTICÁ DO DE MIQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA ACO: : ADUSTICÁ DO DE MIQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA ACO: : ADUSTICÁ DO DE MIQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA ACO: : ADUSTICÁ DO DE MIQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA ACO: : ADUSTICÁ DO DE MIQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTR	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - GOVERNO MANUT. DE VEÍCULOS, MIQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS MANUT. DE VEÍCULOS, MIQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS MANUT. DE VEÍCULOS, MIQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS MANUTENÇÃO DE PESSAGL E ENCARGOS - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. MENORIZADO DE PESSAGL E ENCARGOS - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. MANUTENÇÃO DO PESSAGL E ENCARGOS - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. MANUTENÇÃO SOCIAL, DIVULGAÇÃO DE PUBLICIDADE VO : EFETURA DIVULGAÇÃO DE ATO INSTITUCIONAL E PUBLICICAÇÃO DE ATO OFICIAL POR MEIO PRÓPRIO E TERCEIRIZADO DESCRIÇÃO PRODUTO UN.MEDIDA MANUT. DOS ATIVIDADES DE DIVULG. E PUBLIC. INSTITUCIONAL MANUT. DOS PROJETO JUSTICA DA SECULDADA DA SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA AFIM DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA O SERVIDOR E MELHOR ACESSIBILIDADE AOS MUNICIPES. DESCRIÇÃO PRODUTO UN.MEDIDA MANUT. DE SERVIÇÃO DO PRÉDIOS DED DA ADMINISTRAÇÃO AMPLIAÇÃO DO PRÉDIOS DED DA ADMINISTRAÇÃO O PRODUTO UN.MEDIDA ATENDIMENTO JURIDICO DAOS MUNICIPES RESIDENTES EM COMUNIDADES CARENTES DESCRIÇÃO PRODUTO UN.MEDIDA MANUTE REFORMA DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS UN.MEDIDA MANUTE REFORMA DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS MANTIDOS UN.MEDIDA MANUTE REFORMA DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS UN.MEDIDA MANUTE REFORMA DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS UN.MEDIDA DESCRIÇÃO PRODUTO UN.MEDIDA MANUTE REFORMA DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS UN.MEDIDA MANUTE REFORMA DE PRAÇ

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA

META FÍSICA

UN.MEDIDA

NOVAS CONSTRUÇÕES PAISAGÍSTICAS

PRODUTO

Página 2

043



LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

PROGRAMA: 0010 EDIFICAÇÕES DE PRÉDIOS PÚBLICOS

OBJETIVO : CONSTRUIR E RESTAURAR EDIFICAÇÕES PÚBLICAS VISANDO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO FÍSICO MUNICIPAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
044	CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	NOVAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	UN	0
1.105	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DA CULTURA	UNID	UNID	0

PROGRAMA: 0013 DEFESA CIVIL

OBJETIVO : PROMOVER A DEFESA CIVIL NO MUNICIPIO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
006	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL	AÇÕES DE DEFESA CIVIL MANTIDAS	UN	0

PROGRAMA: 0015 EDUCAÇÃO DIREITO DE TODOS

OBJETIVO : DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS ÀS ATIVIDADES ESTRUTURANTES NA ÁREA DE EDUÇÃO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
046	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES	PRESERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES	UN	0
047	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES	NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES	UN	0
048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	UN	0
050	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO P/ UNIDADES ESCOLARES	MOBILIÁRIO ESCOLAR	UN	0
052	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	TRANSPORTE ESCOLAR	UN	0
053	AMPLIAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO	SEDE ADMINISTRATIVA AMPLIADA	UN	0
054	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - EDUCAÇÃO	SERVIÇOS E MATERIAIS	UN	0
055	MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - EDUCAÇÃO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN	0
049	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS P/ CRECHES	MOBILIÁRIO DE CRECHE	UN	0
051	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES	MATERIAIS DIDÁTICOS E OUTROS	UN	0
057	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES	NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES	UN	0
058	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	UN	0
059	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES	UNIFORMES	UN	0
061	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO P/ UNIDADES ESCOLARES	MOBILIÁRIO ESCOLAR	UN	0
063	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	TRANSPORTE ESCOLAR	UN	0
065	INCLUSÃO DIGITAL AOS EDUCANDOS	INCLUSÃO DIGITAL	UN	0
060	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO P/ CRECHE	MOBILIÁRIO DE CRECHE	UN	0
062	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA	MATERIAL DIDÁTICO E OUTROS	UN	0
064	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	MATERIAIS DE CONSUMO E PAGAMENTO D PESSOAL	E UN	0
0129	AUXILIO- TRANSPORTE	UNID	1	0

PROGRAMA: 0016 VALORIZANDO O MAGISTÉRIO

OBJETIVO : MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS, OBJETIVANDO A VALORAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA

Emissão 13/04/2022 - 10:24

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LDO 2023 **ANEXO DE METAS E PRIORIDADES**

METAS E PRIORIDADES 2023

MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - 70% MAGISTÉRIO 029 MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - 30% APOIO 030 CARTÃO DO SERVIDOR 031 MANUT. DA CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE DOCENTES 038 QUADRO DE PESSOAL MANTIDO UN BENEFÍCIO AO SERVIDOR UN 0 DESCRIPTION OF THE PESSOAL MANTIDO UN 0 DESCRIPTIO						
029 MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - 30% APOIO UN	031	MANUT. DA CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE DOCENTES	PROFESSORES CAPACITADOS	UN	·	0
(1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)	030	CARTÃO DO SERVIDOR	BENEFÍCIO AO SERVIDOR	UN		0
028 MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - 70% MAGISTÉRIO QUADRO DE PESSOAL MANTIDO UN \\ \ \ \ 0	029	MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - 30% APOIO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN		8
	028	MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - 70% MAGISTÉRIO	QUADRO DE PESSOAL MANTIDO	UN		0

PROGRAMA: 0017 TRANSPORTANDO PARA O FUTURO

OBJETIVO : PROMOVER TRANSPORTE AOS ESTUDANTES MACABUENSES DO ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
066	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO MANTIDO	UN	0

PROGRAMA: 0018 ESCOLA SAUDÁVEL

OBJETIVO : INTRODUZIR HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E COMBATER A DESNUTRIÇÃO DOS ALUNOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
067	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR	MERENDA ESCOLAR OFERECIDA	UN	0

PROGRAMA: 0019 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E CULTURA

OBJETIVO : PROMOVER A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO RESGATE CULTURAL. PROMOVER A INTERAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS AGENTES DO ENSINO COM ATIVIDADES QUE DESENVOLVAM A ATENÇÃO, RACIOCÍNIO, HABILIDADE E

EQUILÍBRIO AOS ALUNOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
068	MANUTENÇÃO DO PROJETO COLÔNIA DE FÉRIAS	ATIVIDADES DE FÉRIAS	UN	0

PROGRAMA: 0020 INFRAESTRUTURA VIÁRIA

OBJETIVO : PROMOVER MELHORES CONDIÇÕES DE TRÁFEGO E ACESSIBILIDADE NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E ESTRADAS VICINAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
045	URBANIZAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS	LOGRADOUROS PUBLICOS MANTIDOS	UN	0
046	CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS	NOVOS LOGRADOUROS PAVIMENTADOS	UN	0
047	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	ESTRADAS VICINAIS MANTIDAS	UN	0

PROGRAMA: 0022 LIMPEZA URBANA

OBJETIVO : MANTER AS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE HIGIENE BEM COMO GARANTIR A COLETA DIÁRIA DO LIXO DOMICILIAR E HOSPITALAR.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
076	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS	COLETA REGULAR DE LIXO MANTIDAS	UN	0
077	SERVIÇOS DE CAPINA EM LOGRADOUROS PÚBLICOS	SERVIÇOS DE CAPINA MANTIDOS	UN	0

PROGRAMA: 0023 SERVIÇOS URBANOS

OBJETIVO : MANTER A URBANIZAÇÃO E LIMPEZA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E LOGRADOUROS PÚBLICOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
078	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	ATIVIDADES MANTIDAS	UN	0
081	MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS	SERVIÇOS MANTIDOS	UN	0



LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

PROGRAMA: 0024 ILUMINAÇÃO PÚBLICA

OBJETIVO : CONSERVAR E AMPLIAR A REDE DE ILUMINAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO PRODUTO	UN.MEDIDA ME	TA FÍSICA
082	MANUTENÇÃO DA REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA SERVIÇOS MANTIDOS	UN	0
086	EXTENSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AMPLIAI	DA UN	0

PROGRAMA: 0025 REDE DE ÁGUA E ESGOTO

OBJETIVO : PROMOVER A CONSERVAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO MUNICIPAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
087	MANUTENÇÃO E REPAROS NA REDE DE ÁGUA E ESGOTO	SERVIÇOS DE MANUT. E REPAROS MANTIDOS	UN	0
088	MANUTENÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO	SERVIÇOS MANTIDOS	UN	0

PROGRAMA: 0026 PARQUE DE EXPOSIÇÕES

OBJETIVO : MANTER O PARQUE DE EXPOSIÇÕES COM CONDIÇÕES ADEQUADAS ÀS REALIZAÇÕES DE EVENTOS AGROPECUÁRIOS, CULTURAIS E TURÍSTICOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
076	GESTÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	PARQUE DE EXPOSIÇÕES MANTIDO	UN	0

PROGRAMA: 0027 FOMENTO À ATIVIDADE AGRÍCOLA

OBJETIVO : PROMOVER E FOMENTAR A AGRICULTURA MUNICIPAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	METAFISICA
078	MANUTENÇÃO DA FEIRA LIVRE INFORMAL	FEIRA LIVRE INFORMAL MANTIDA	UN	0
114	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	SUBVENÇÕES	UN	0

PROGRAMA: 0028 FOMENTO À ATIVIDADE PECUÁRIA

OBJETIVO : PROMOVER E FOMENTAR A SANIDADE DO REBANHO DOS CRIADORES DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
077	MANUT. DO PROGRAMA ANUAL DE VACINAÇÃO ANIMAL	REBANHO MUNICIPAL SANEADO	UN	0

PROGRAMA: 0029 MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO : FOMENTAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TODO O MUNICÍPIO E AMPLIAR, FISCALIZAR E CONSERVAR AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FISICA
081	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	UN	0
082	MANUT. E PRESERV. DE UNIDADES DE CONSERV. AMBIENTAL-APAS	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	UN	0

PROGRAMA: 0030 SUBVENÇÕES TURÍSTICAS

OBJETIVO : CONCEDER SUBVENÇÕES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS VISANDO SUBSIDIAR A PROMOÇÃO DOS EVENTOS TURÍSTICOS MUNICIPAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
085	SUBVENÇÕES A ENTIDADES CADASTRADAS-LIGA CARNAVALESCA	DESFILES CARNAVALESCOS	UN	0
112	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	SUBVENÇÃO	UN	0

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA



Emissão 13/04/2022 - 10:24

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

1			151	
113	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	SUBVENÇÃO	UN \	\ \0
PROGR	AMA: 0031 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO			
OBJETI	O : PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS.		1	
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
086	PROM. DE EVENTOS TURÍSTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	UN	0
PROGR	AMA: 0032 POLÍTICA DE DESPORTO E LAZER			
OBJETI	O : INCENTIVAR E PROMOVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS COM A	PRÁTICA DO ESPORTE.		
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0093	MANUTENÇÃO DA POLÍTICA DE DESPORTO E LAZER	PROGRAMAS MANTIDOS	UN	0
0094	GESTÃO DO GINASIO POLIESPORTIVO	ATIVIDADES MANTIDAS	UN	0
2.121	SUBVENÇÃO A ENTIDADE CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE DE TRILHEIROS	SUBVENÇÃO	R\$	0
PROGR	AMA: 0033 DESPORTO AMADOR E PROFISSIONAL			
OBJETI	O : APOIAR AS ENTIDADES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUCRATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL.			
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0095	GESTÃO DO ESTADIO ARISTO DA SILVA RIBEIRO	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO MANTIDAS	S UN	0
0096	SUBVENÇÃO À LIGA DESPORTIVA	RECURSOS MANTIDOS	UN	0
0128	SUBVENÇÃO AO MACABU TRAIL CLUBE	SUBVENÇÃO	UNI	0
PROGR	AMA: 0034 INICIAÇÃO ESPORTIVA			
OBJETI	O : APOIAR AÇÕES DE INICIAÇÃO ESPORTIVA AMPLIANDO OPORTUNIDADES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.			
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
0097	MANUTENÇÃO DE CONVENIO CLUBE DE FUTEBOL	CONVENIO MANTIDO	UN	(
PROGR.	AMA: 0035 A MÚSICA COMO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO			
OBJETI	O : ESTIMULAR OS JOVENS A EDUCAÇÃO MUSICAL COMO FORMA DE APRIMORAMENTO CULTURAL E DE CONHECIMENTO.			
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
034	APOIO ÀS APRESENTAÇÕES DE ATRAÇÕES MUSICAIS	PROPORCIONAR A CULTURA MUSICAL	UN	(
035	APOIO AO ENCONTRO DE BANDAS E FANFARRAS E BANDAS MARCIAIS	INTERCÂMBIO CULTURAL	UN	(
	APOIO À ESCOLA DE NUSICA VILLA LOBOS	EDUCAÇÃO MUSICAL	UN	(

PROGRAMA: 0037 AÇÃO, CULTURA E LAZER

PROMOÇÃO DO RESGATE CULTURAL

DESCRIÇÃO

OBJETIVO : ESTIMULAR AS PESSOAS A PROMOVEREM O LAZER COM A CULTURA, COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE.

UN

UN.MEDIDA META FÍSICA

PRODUTO

HABITO DA LEITURA

ESTIMULAR AS PESSOAS A CRIAREM O

Página 6

AÇÃO



LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

METAS E PRIORIDADES 2023

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
038	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE RUA	PROM. A INTEG. COM A CULT. O LAZER E A COMUNIDADE	UN	C
069	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES EM DATAS COMEMORATIVAS	ATIVIDADES EM DATAS COMEMORATIVAS	UN	(
PROGRA	MA: 0038 SEGURANÇA PERTO DE VOCE			
OBJETIV	O : PROPORCIONAR A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA, EM POSTO FIXO AVANÇADO DA GUARDA MUNICIPAL, AOS FREQUENTA AÇÃO DE DELINQUENTES E	ADORES DA PRAÇA DR. JOSÉ BONIFÁCIO TASSARA, COM AGENTE	ES 24 HS POR D	DIA , INIBINDO A
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
800	MANUT. DE POSTO AVANÇADO C/ GUARDAS MUNICIPAIS	POSTO FIXO MANTIDO	UN	0
PROGRA	MA: 0039 PROERD-PROG. EDUCAC. DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS			
OBJETIV	O : PREVINIR CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR DOS MALES CAUSADOS PELO USO DAS DROGAS.			
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
070	MANUT. DO PROG. EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS	INFORMAÇÃO PARA PREVENÇÃO CONTRA USO DAS DROGAS	O UN	C
PROGRA	MA: 0040 JOVENS EM AÇÃO			
OBJETIV	O : PROMOVER O ENSINO PROFISSIONALIZANTE AOS ALUNOS DO 8º E 9º ANO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.			
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
071	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA JOVENS EM AÇÃO	CURSOS PROFISSIONALIZANTES	UN	(
PROGRA	MA: 9999 RESERVA DE CONTINGENCIA			
OBJETIV	O : RESERVA DE PASSIVO CONTINGENCIAL PARA DESPESAS IMPREVISTAS			
AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FÍSICA
025	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	COBERTURA DE PASSIVOS CONTINGENCIAIS	Pág.:	
			či.	

A

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4°, § 1°)

D\$ 1 0

Página 1

		EXERCÍCIO 202	23			EXERCÍCIO 202	24			EXERCÍCIO 202	5	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (a / PIB) x100	% RCL (a / RCL) x100	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b / PIB) x100	% RCL (b / RCL) x100	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c / PIB) x100	% RCL (c / RCL x100
RECEITA TOTAL	127.271.031,86	122.611.784,07	26,155	103,603	131.343.704,88	122.613.615,46	26,155	103,603	135.284.016,03	122.617.616,27	26,155	103,60
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	121.476.681,54	117.029.558,32	24,964	98,886	125.363.935,35	117.031.306,34	24,964	98,886	129.124.853,42	117.035.125,01	24,964	98,88
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	121.225.390,74	116.787.466,99	24,913	98,682	125.104.603,24	116.789.211,39	24,913	98,682	128.857.741,35	116.793.022,16	24,913	98,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.167.965,24	5.942.163,04	1,268	5,021	6.365.340,13	5.942.251,80	1,268	5,021	6.556.300,34	5.942.445,70	1,268	5,02
CONTRIBUIÇÕES	5.091.193,51	4.904.810,70	1,046	4,144	5.254.111,71	4.904.883,97	1,046	4,144	5.411.735,06	4.905.044,01	1,046	4,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	109.219.679,02	105.221.270,73	22,445	88,909	112.714.708,74	105.222.842,36	22,445	88,909	116.096.150,01	105.226.275,73	22,445	88,90
DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	746.552,97	719.222,51	0,153	0,608	770.442,66	719.233,25	0,153	0,608	793.555,94	719.256,72	0,153	0,60
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	251.290,80	242.091,33	0,052	0,205	259.332,11	242.094,95	0,052	0,205	267.112,07	242.102,85	0,052	0,20
DESPESA TOTAL	127.271.031,86	122.611.784,07	26,155	103,603	131.343.704,88	122.613.615,46	26,155	106,919	135.284.016,03	122.617.616,27	26,155	103,60
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	121.293.953,63	116.853.519,87	24,927	98,738	125.175.360,13	116.855.265,24	24,927	98,738	128.930.620,94	116.859.078,17	24,927	98,73
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	113.359.471,03	109.209.509,66	23,296	92,279	116.986.974,10	109.211.140,87	23,296	95,232	120.496.583,32	109.214.704,36	23,296	92,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.896.189,19	63.483.804,61	13,542	53,642	68.004.867,24	63.484.752,84	13,542	55,358	70.045.013,26	63.486.824,31	13,542	53,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.463.281,84	45.725.705,05	9,754	38,637	48.982.106,86	45.726.388,03	9,754	39,873	50.451.570,06	45.727.880,05	9,754	38,63
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	5.359.034,86	5.162.846,69	1,101	4,362	5.530.523,97	5.162.923,80	1,101	4,502	5.696.439,69	5.163.092,26	1,101	4,36
PAGAMENTO RESTOS A PAGAR DESPESAS PRIMÁRIAS	2.575.447,74	2.481.163,53	0,529	2,097	2.657.862,06	2.481.200,58	0,529	2,164	2.737.597,93	2.481.281,55	0,529	2,09
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	182.727,91	176.038,45	0,038	0,149	188.575,22	176.041,09	0,038	0,149	194.232,48	176.046,84	0,038	0,14
JUROS, ENC. E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (IV)	5.794.350,32	5.582.225,74	1,191	4,717	5.979.769,53	5.582.309,12	1,191	4,868	6.159.162,61	5.582.491,26	1,191	4,7
JUROS, ENC. E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (V)	546.922,34	526.900,13	0,112	0,445	564.423,86	526.908,01	0,112	0,459	581.356,57	526.925,20	0,112	0,44
RESULTADO NOMINAL (VI) = $(III + (IV - V))$	5.430.155,89	5.231.364,06	1,116	4,420	5.603.920,89	5.231.442,21	1,116	4,420	5.772.038,52	5.231.612,91	1,116	4,42
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	14.701.411,40	14.163.209,44	3,021	11,967	15.171.856,56	14.163.420,99	3,021	11,967	15.627.012,26	14.163.883,13	3,021	11,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-19.614.209,66	-18.896.155,74	-4,031	-15,967	-20.241.864,37	-18.896.437,99	-4,031	-15,967	-20.849.120,30	-18.897.054,56	-4,031	-15,96
RECEITAS PRIMÁRIAS ADVINDAS DE PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS GERADAS POR PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,0
IMPACTO DO SALDO DAS PPPs (IX) = (VII - VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,0

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

ч	r

CPF:

CPF:

CRC:



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4°, §2°, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2021 (a)	% PIB	% RCL	METAS REALIZADAS EM 2021 (b)	% PIB	% RCL	VALOR (c) = (b-a)	% (C/A)
RECEITA TOTAL	83.505.028,54	19,03	75,40	114.740.580,26	26,16	103,60	31.235.551,72	37,406
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	82.324.960,63	18,77	74,33	119.760.831,71	27,30	108,14	37.435.871,08	45,473
DESPESA TOTAL	88.666.098,16	20,21	80,06	108.356.163,77	24,70	97,84	19.690.065,61	22,207
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	81.560.672,63	18,59	73,64	107.030.092,03	24,40	96,64	25.469.419,40	31,228
RESULTADO PRIMÁRIO I-II	764.288,00	0,17	0,69	12.730.739,68	2,90	11,50	11.966.451,68	1.565,699
RESULTADO NOMINAL	1.943.855,91	0,44	1,76	17.461.532,87	3,98	15,77	15.517.676,96	798,294
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	13.668.928,68	3,12	12,34	13.253.986,00	3,02	11,97	-414.942,68	-3,036
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-60.263.793,86	-13,74	-54,41	-17.683.095,40	-4,03	-15,97	42.580.698,46	-70,657

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:

CRC:

CPF:



Emissão 13/04/2022 - 10:33

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4°, §2°, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO					VALORES A	PREÇOS CORREN	TES				
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
RECEITA TOTAL	82.481.188,12	83.505.028,54	1,241	122.611.784,07	46,832	127.271.031,86	3,800	131.343.704,88	3,200	135.284.016,03	3,000
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	81.458.815,25	82.324.960,63	1,063	120.795.509,15	46,730	121.476.681,54	0,564	125.363.935,35	3,200	129.124.853,42	3,000
DESPESA TOTAL	91.511.879,67	88.666.098,16	-3,110	115.789.396,60	30,590	127.271.031,86	9,916	131.343.704,88	3,200	135.284.016,03	3,000
DESPESAS PRIMÁRIAS(II)	79.205.513,56	81.560.672,63	2,973	114.372.356,34	40,230	118.718.505,89	3,800	122.517.498,07	3,200	126.193.023,01	3,000
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	2.253.301,69	764.288,00	-66,081	6.423.152,81	740,410	2.758.175,65	-57,059	2.846.437,28	3,200	2.931.830,41	3,000
RESULTADO NOMINAL	3.080.674,56	1.943.855,91	-36,902	11.478.478,41	490,500	8.005.603,63	-30,256	8.261.782,95	3,200	8.509.636,45	3,000
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	13.763.046,79	13.668.928,68	-0,684	14.163.209,44	3,616	14.701.411,40	3,800	15.171.856,56	3,200	15.627.012,26	3,000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-55.399.057,90	-60.263.793,86	8,781	-18.896.155,74	-68,644	-19.614.209,66	3,800	-20.241.864,37	3,200	-20.849.120,30	3,000
ESPECIFICAÇÃO					VALORES A	PREÇOS CONSTAN	ITES				
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
RECEITA TOTAL	101.394.124,56	98.210.264,07	-3,140	122.611.784,07	24,846	122.611.784,07	0,000	122.613.615,46	0,001	122.617.616,27	0,003
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	100.137.321,59	96.822.386,20	-3,310	120.795.509,15	24,760	117.029.558,32	-3,118	117.031.306,34	0,001	117.035.125,01	0,003
DESPESA TOTAL	112.495.553,68	104.280.198,05	-7,303	115.789.396,60	11,037	122.611.784,07	5,892	122.613.615,46	0,001	122.617.616,27	0,003
DESPESAS PRIMÁRIAS(II)	97.367.337,82	95.923.507,08	-1,483	114.372.356,34	19,233	114.372.356,35	0,000	114.374.064,67	0,001	114.377.796,62	0,003
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	2.769.983,77	898.879,12	-67,549	6.423.152,81	614,574	2.862.986,32	-55,427	3.049.103,61	6,501	3.234.688,49	6,087
RESULTADO NOMINAL	2.926.345,59	1.767.236,65	-39,609	10.741.604,35	507,819	7.813.501,26	-27,259	7.901.838,39	1,131	7.987.396,48	1,083
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	16.918.913,42	16.076.027,02	-4,982	14.163.209,44	21,863	14.163.209,44	0,000	14.163.420,99	0,001	14.163.883,13	0,003
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-68.102.061,88	-70.876.247,96	4,074	-18.896.155,74	-63,123	-18.896.155,74	0,000	-18.896.437,99	0,001	-18.897.054,56	0,003

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:
	CRC:	

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4°, §2°, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	105.252.655,22	100,000	10.604.817,47	100,000	36.482.972,27	100,000
RESERVAS	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	105.252.655,22	100,000	10.604.817,47	100,000	36.482.972,27	100,000

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:
	CRC:	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4°, §2°, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	146.300,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	146.300,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	0.00	0,00	0,00

SA	ILDO FINANCEIRO	2021 (g) = (a - d) + h	2020 (h) = (b - e) + i	2019 (i) = (c - f)
TOTAL (III) = (I) - (II)		146.300,00	146.300,00	0,00

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:	
	CRC:		

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA

Emissão 13/04/2022 - 10:34

A C

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	
RECEITAS CORRENTES	6.024.266,76	11.768.256,05	9.131.920,93	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.764.109,06	3.057.246,99	2.577.638,13	
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES RECEITAS CORRENTES	3.607.663,10	2.875.311,42	2.378.904,76	
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS	156.445,96	181.935,57	198.733,37	
RECEITA PATRIMONIAL	2.258.101,00	8.618.066,33	6.538.307,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.056,70	92.942,73	15.975,80	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RRPS				
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO				
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO	6.021.068,00	2.912.752,53	3.433.813,37	
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT	3.082.167,45	2.303.021,03	998.004,72	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	15.127.502,21	16.984.029,61	13.563.739,02	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	P
ADMINISTRAÇÃO GERAL				Rubrica
DESPESAS CORRENTES	615.505,10	649.450,13	540.519,49	134
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	21.256,60	1 34
PREVIDÊNCIA SOCIAL				11 1
PESSOAL CIVIL - DESPESA	8.479.014,30	7.718.069,90	7.466.109,62	
PESSOAL MILITAR - DESPESA	0,00	0,00	0,00	W
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
COMPENSAÇÃO PREV DE APOSENTADORIA RPPS E RGPS	0,00	0,00	0,00	H
COMPENSAÇÃO PREV DE PENSÕES RPPS E RGPS	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	9.094.519,40	8.367.520,03	8.027.885,71	
RESULTADO PREVIDÊNCIÁRIO (I - II)	6.032.982,81	8.616.509,58	5.535.853,31	//



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA RPPS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	
TOTAL DE APORTES PARA O RPPS				
PLANO FINANCEIRO				
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE RESERVA	0,00	0,00	0,00	
OUTROS APORTES PARA O RPP\$	0,00	0,00	0,00	
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL	3.082.167,40	1.213.625,60	1.158.889,20	
OUTROS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMETÁRIA DO RPPS	6.032.982,81	8.616.509,58	5.535.853,31	
BENS E DIREITOS DO RPPS	129.351.807,77	77.047.787,37	68.019.067,38	

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:	
	CRC:		





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2023

LRF, art. 4º, par. 2º, inciso IV, alinea a

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)	
2021	16.769.654,70	4.201.563,40	12.568.091,30	12.568.091,30	
2022	14.931.320,60	4.649.985,20	10.281.335,40	22.849.426,70	
2023	14.465.617,80	5.006.194,70	9.459.423,10	32.308.849,80	
2024	14.137.926,00	5.345.556,20	8.792.369,80	41.101.219,60	
2025	13.900.316,70	5.680.847,60	8.219.469,10	49.320.688,70	
2026	13.691.948,80	6.012.165,10	7.679.783,70	57.000.472,40	
2027	13.533.130,00	6.331.245,80	7.201.884,20	64.202.356,60	
2028	13.430.219,50	6.648.132,50	6.782.087,00	70.984.443,60	
2029	13.341.909,90	6.960.302,20	6.381.607,70	77.366.051,30	
2030	13.309.443,00	7.266.461,30	6.042.981,70	83.409.033,00	
2031	13.314.403,80	7.560.125,00	5.754.278,80	89.163.311,80	
2032	13.328.188,00	7.849.145,20	5.479.042,80	94.642.354,60	
2033	13.377.184,60	8.135.613,30	5.241.571,30	99.883.925,90	
2034	13.432.095,10	8.425.225,60	5.006.869,50	104.890.795,40	
2035	13.517.065,90	8.717.848,80	4.799.217,10	109.690.012,50	
2036	13.579.922,40	9.005.416,90	4.574.505,50	114.264.518,00	
2037	13.049.936,90	9.295.976,30	3.753.960,60	118.018.478,60	
2038	13.195.940,00	9.564.364,50	3.631.575,50	121.650.054,10	
2039	13.371.963,80	9.825.964,00	3.545.999,80	125.196.053,90	
2040	13.591.946,00	10.074.434,90	3.517.511,10	128.713.565,00	
2041	13.427.632,30	10.299.177,10	3.128.455,20	131.842.020,20	
2042	13.290.953,70	10.507.433,60	2.783.520,10	134.625.540,30	
2043	1.188.492,40	10.706.008,10	-9.517.515,70	125.108.024,60	
2044	975.407,90	10.893.138,20	-9.917.730,30	115.190.294,30	
2045	786.393,30	11.053.799,80	-10.267.406,50	104.922.887,80	
2046	622.475,90	11.181.041,10	-10.558.565,20	94.364.322,60	
2047	488.617,80	11.288.146,60	-10.799.528,80	83.564.793,80	
2048	382.144,60	11.369.821,40	-10.987.676,80	72.577.117,00	
2049	289.794,00	11.431.271,20	-11.141.477,20	61.435.639,80	
2050	208.550,50	11.475.300,50	-11.266.750,00	50.168.889,80	
2051	136.699,30	11.495.511,80	-11.358.812,50	38.810.077,30	
2052	79.534,90	11.490.572,40	-11.411.037,50	27.399.039,80	
2053	42.044,50	11.461.540,80	-11.419.496,30		
2054	21.212,60	11.399.534,70	-11.378.322,10	4.601.221,40	

Emissão 13/04/2022 - 10:34

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2023

				2023	
2055	11.983,00	11.320.672,90	-11.308.689,90	-6.707.468,50	
2056	8.247,30	11.237.967,10	-11.229.719,80	-17.937.188,30	
2057	6.477,10	11.154.330,30	-11.147.853,20	-29.085.041,50	
2058	5.769,10	11.114.660,60	-11.108.891,50	-40.193.933,00	
2059	5.525,70	11.284.954,80	-11.279.429,10	-51.473.362,10	
2060	5.940,90	12.480.941,40	-12.475.000,50	-63.948.362,60	
2061	9.364,30	18.926.924,00	-18.917.559,70	-82.865.922,30	
2062	12.232,80	24.358.713,30	-24.346.480,50	-107.212.402,80	
2063	12.674,50	25.472.127,70	-25.459.453,20	-132.671.856,00	
2064	16.483,00	32.506.240,00	-32.489.757,00	-165.161.613,00	
2065	14.656,00	29.555.231,20	-29.540.575,20	-194.702.188,20	
2066	14.260,00	29.096.619,60	-29.082.359,60	-223.784.547,80	
2067	28.293,10	54.109.031,90	-54.080.738,80	-277.865.286,60	
2068	27.738,20	53.311.089,90	-53.283.351,70	-331.148.638,30	
2069	33.705,00	64.007.664,50	-63.973.959,50	-395.122.597,80	
2070	51.406,00	95.306.495,10	-95.255.089,10	-490.377.686,90	
2071	44.070,40	82.464.512,10	-82.420.441,70	-572.798.128,60	
2072	44.237,80	82.847.929,80	-82.803.692,00	-655.601.820,60	
2073	61.078,90	112.670.935,30	-112.609.856,40	-768.211.677,00	
2074	59.172,50	109.344.147,30	-109.284.974,80	-877.496.651,80	
2075	52.184,40	97.014.183,00	-96.961.998,60	-974.458.650,40	
2076	60.024,30	110.865.578,80	-110.805.554,50	-1.085.264.204,90	
2077	55.587,40	103.003.828,60	-102.948.241,20	-1.188.212.446,10	
2078	49.121,40	91.533.136,40	-91.484.015,00	-1.279.696.461,10	
2079	59.628,40	110.033.746,60	-109.974.118,20	-1.389.670.579,30	
2080	52.714,50	97.742.917,80	-97.690.203,30	-1.487.360.782,60	
2081	48.125,60	89.540.629,50	-89.492.503,90	-1.576.853.286,50	
2082	41.875,50	78.388.432,50	-78.346.557,00	-1.655.199.843,50	
2083	51.074,20	94.522.474,20	-94.471.400,00	-1.749.671.243,50	•
2084	42.709,70	79.618.462,80	-79.575.753,10	-1.829.246.996,60	
2085	39.914,40	74.550.867,00	-74.510.952,60	-1.903.757.949,20	
2086	41.254,60	76.786.296,20	-76.745.041,60	-1.980.502.990,80	
2087	40.741,70	75.746.924,10	-75.706.182,40	-2.056.209.173,20	
2088	47.664,00	87.843.565,00	-87.795.901,00	-2.144.005.074,20	
2089	44.992,60	82.986.732,80	-82.941.740,20	-2.226.946.814,40	
2090	52.152,20	95.499.097,20	-95.446.945,00	-2.322.393.759,40	
2091	49.189,90	90.134.256,40	-90.085.066,50	-2.412.478.825,90	
2092	45.743,20	83.917.270,80	-83.871.527,60	-2.496.350.353,50	Impresso por: SANDRO COSTA

Página 2



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2023

2020								
2093	34.816,80	64.488.098,50	-64.453.281,70	-2.560.803.635,20				
2094	40.245,20	73.964.013,10	-73.923.767,90	-2.634.727.403,10				
2095	30.013,60	55.777.854,30	-55.747.840,70	-2.690.475.243,80				

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:
	CRC:	





MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2023

ONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTER	RNO			
CPF:		CPF:	CPF:	
		CBC:		





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
EVENTO	VALOR PREVISTO 2023
AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA	0,00
(-) TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	0,00
(-) TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEF	0,00
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	0,00
REDUÇÃO PERMANENTE DA DESPESA	0,00
MARGEM BRUTA (III) = (I+II)	0,00
SALDO UTILIZADO DA MARGEM BRUTA (IV)	
IMPACTO DE NOVAS DOCC	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III-IV)	0,00

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CPF:	CPF:	CPF:
	CRC:	



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2023

LRF, art. 4°, par. 3°

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS			
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR		
DEMANDAS JUDICIAIS	250.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	250.000,00		
OUTROS RISCOS FISCAIS	125.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	125.000,00		
TOTAL	375,000,00		375.000,00		

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CONFORME PROCESSOS ADMINSITRATIVO MUNICIPAL 1.347/2022 E 1.348/2022

CPF:	CPF:	CPF:
	CRC:	



Edição Extra



LEI N° 1.784 de 30 de junho de 2022.

EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MU NICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU - RJ PARA O EXERCÍCIO DE 2023.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU - RJ aprovou, e eu, Valmir Tavares Lessa, Prefeito do Município, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art.1° Em cumprimento ao disposto no art.165, §2°, inciso II, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4° da Lei Complementar n°101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2023, compreendendo:
- Diretrizes, metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II- A organização e a estrutura dos orçamentos;
- III- As diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV- As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V- As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI- As disposições sobre a Legislação Tributária do Município;
- VII- As disposições relativas à Dívida Pública;
- VIII- As disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

- I- Anexo de Metas Fiscais, composto de:
- Demonstrativo de metas anuais;
- b. Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- Demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- d. Evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
- e. Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f. Receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social RPPS:
- g. Projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais;
- h. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado:
- Demonstrativo da Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- II- Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

CAPÍTULO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

- Art. 2º Em conformidade como disposto no art.165, §2º, da Constituição Federal, no art.4ºda Lei Complementar nº101/2000, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2023, serão estabelecidas nesta Lei, em Anexo próprio, e terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, todavia não se constituem limites à programação das despesas.
- I O Desenvolvimento Econômico
- II- O Desenvolvimento Urbano
- III- O Desenvolvimento Administrativo
- IV- O Desenvolvimento Social
- Art. 3º Será garantida a destinação e recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência do Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Art. 4º O Município de Conceição de Macabu, implementará o atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.
- **Art. 5º** Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade em um processo de democracia participativa, voluntária e universal, em atendimento ao disposto no art.44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

CAPITULO II

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento.

- Art 7º O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Conceição de Macabu relativo ao exercício de 2023 deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:
- I- O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;
- II- O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
- III- O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;
- IV- 0 princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 8°. Para efeito desta lei, entende-se por:

- I- Diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
- II- Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- III- Subfunção: Uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- IV- Programa: O instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- V- Ação: Especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos, que devem ser detalhados em unidade se medidas;

Atividade: O instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

- VI- Projeto: O instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;
- VII- Operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;
- VIII- Órgão orçamentário: constituí a categoria mais elevada da Classificação Institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolver em um programa de trabalho definido;
- X- Unidade orçamentária: constitui-se em um desdobramento de um

Rubrica: Edição Extra 03

órgão orçamentário, podendo ser da administração direta ou da administração indireta, em cujo nome a lei orçamentária anual consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;

X- Modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;

XI- Concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de recursos orçamentários; e

XII- Convenente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando de correntes de descentralização de recursos orçamentários.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos soba forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2°. Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a sub função às quais se vinculam.

§3°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 9°. As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos, atividades e operações especiais, de modo a especificara ação/meta integral ou parcial dos programas de trabalho.

Art.10. O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder VII Legislativo, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art.11.0 Poder Executivo também encaminhará ao Poder Legislativo, até 31 de agosto de 2022, o Orçamento de Investimento das empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, se houver.

Art.12. A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:

I- Categoria Econômica;

II- Origem;

I - Espécie;

II - Rubrica;

V- Alínea;

- § 1º. A categoria econômica da receita, primeiro nível de classificação, está assim detalhada:
- I- Receitas Correntes-1; e
- II- Receitas de Capital-2.

§2°. A Origem, segundo nível da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.

§3°. O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.

§4°. O quarto nível, a Rubrica, agrega, dentro de cada espécie de receita, de termina das receitas com características próprias e semelhantes entre si.

§5°. A Alínea, quinto nível, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.

§6º O sexto nível, a sub alínea, representa o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art.13. A despesa orçamentária será discriminada por:

I- Órgão Orçamentário;

II- Unidade Orçamentária;

III- Função;

IV- Sub função;

V- Programa;

VI- Projeto, Atividade ou Operação Especial;

VII- Categoria Econômica;

VIII- Grupo de Natureza da Despesa;

IX- Modalidade de Aplicação;

X- Elemento de Despesa;

XI- Fonte de Recursos.

§1º. A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada: I -Despesas Correntes- 3; e

Il-Despesas de Capital- 4.

§2°. Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

Pessoal e encargos sociais-1;

Juros e encargos da dívida-2;

III- Indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 3º. O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.

§4º. Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I- Transferências à União-20;

II- Transferências a Estados e ao DistritoFederal-30;

III- Transferências a municípios - Fundo a Fundo-41

IV- Transferências a instituições privadas sem finslucrativos-50;

V- Transferências a instituições privadas com fins lucrativos-60;

V- Transferências a consórcios públicos-71;

VI- Execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos-72;

VII- Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratamos §§1° e 2° do art. 24 da Lei Complementar n° 141,de 2012;

VIII- Aplicações diretas-90; e

IX- Aplicação direta de corrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social-91.

§5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar fontes de recursos, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2023 e em seus Créditos Adicionais.

§6°. A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

§7° A Lei Orçamentária Anual para 2023 conterá a destinação de recursos, classificados por Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretariado Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

I- O Município poderá incluir na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no§7° deste artigo;

II- As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo;

III- Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§8º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§9º..Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às atualizações dos Planos de Contas da Receita e da Despesa, durante a execução orçamentária.

Art.14. A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor será identificada pelo dígito 7 (sete) no que se refere ao Projeto. Quanto à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos será identificada pelo dígito 9(nove).

Art.15. A Reserva de Contingência prevista no art.45 desta lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

Art.16. A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I- À participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

 II- Ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
 III - Ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na proposta orça-

Ano 19 | Nº 71 | 05 de julho de 2022

mentária de 2023, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento ao Poder Legislativo, do correspondente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Art. 18. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- 0 comportamento da arrecadação de receitas do exercício anterior; I-
- II-O demonstrativo, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
- a situação observada no exercício de 2020 em relação aos limites de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº101/2000;
- O demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- O demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº29/ 2000;
- VI - A discriminação da dívida pública total acumulada.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

- I-Texto da lei;
- II-Quadros orçamentários consolidados;
- Anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando IIIa receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, §5°, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e
- Discriminação da legislação da receita e da despesa referente ao Orçamento Fiscal.
- §1°. Integrará o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- §2°. Integrará o Orçamento de Investimento, no que lhe couber, os quadros previstos na lei citada no parágrafo anterior,

CAPÍTULO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

- Art.20. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual estabelecido na LC 101/200, relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, §5°, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais n°25/2000 e n°58/2009.
- §1°. O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassa do até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art.29-A, §2°, inciso II, da Constituição Federal.
- §2°. A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassara 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo como estabelecido no art.29-A, §1°, da Constituição Federal.
- Art.21. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de julho do corrente exercício, observadas as disposições desta lei.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I Diretrizes Gerais Art.22. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra apresente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§1º. Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

l-Pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, dos instrumentos de gestão previstos no art.48, caput, da Lei Complementar nº101/2000.

II- Pelo Poder Executivo:

- Da Lei Orçamentária Anual e seus anexos; a)
- Das alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
- Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e c)
- Do Relatório de Gestão Fiscal.
- §2°. Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e da Controladoria- Geraldo Município, deverá:
- Manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os Instrumentos de gestão descritos no art.48, caput, da Lei Complementar n°101/2000; e
- Providenciar as medidas previstas no inciso II, do §1°, do citado artigo, a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023 e nos prazos definidos pela Lei Complementar nº 1 01/2000.
- Art.23. As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante.
- Art.24. O Poder Executivo, sob a coordenação das Secretarias Municipais de Planejamento e de Fazenda, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da metade resultado primário estabelecida nesta lei.
- §1°. O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.
- §2°. O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023.
- Art25. No prazo previsto no §2°do artigo anterior, o Poder Executivo, sob a coordenação das Secretaria Municipal de Planejamento e de Fazenda, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e a sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº101/2000.
- Art.26. Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, por Fonte de Recursos, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.
- §1°. Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentária se da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9°, da Lei Complementar n° 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais-Metas Anuais, desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§2° Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, 2009, sujeitar-se-á ao disposto na legislação vigente. o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante Art.34. Na programação da despesa não poderão: que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art27. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos formado art.167, §3º da Constituição Federal; recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de for- IIIma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos vimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que Programas de Governo.

Art.28. As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como IVas de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municipais e operações especiais. Empresas Públicas, se houver, serão elaboradas segundo os preços vigentes no Art.35. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para mês de maio de 2020 e apresentadas à Secretaria Municipal de Planejamento atender despesas com: até o dia 30 de julho de 2022, para fins de consolidação do Projeto de Lei I-Orcamentária.

Art.29. A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos pro- IIjetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

Art. 30. É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de pais. transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, nios, conforme determinam o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, e art. de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da res- 26, da Lei Complementar nº 101/2000. pectiva operação.

Parágrafo único. Somente serão incluídas na proposta orçamentária anual, Art.37. A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo programada de acordo com as seguintes prioridades: Legislativo Municipal até 30 de junho de 2022.

Art.31. A Lei Orçamentária de 2023 somente incluirá dotações para o paga- IImento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes III-

Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou IV-Ida parte não embargada;

certidão de que não tenham sido opostos embargo sou qualquer VIimpugnação aos respectivos cálculos.

Art.32. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Munici- Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra arrolapal de Planejamento, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débidas poderão ser programados recursos para atender novos investimentos. tos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2022 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2023 devidamente atualizados, con- a sua continuidade e/ou conclusão. forme determinado pelo art. 100, \$1°, da Constituição Federal, pela Emenda Art.39. O controle de custos, a avaliação de resultados previstos no art.4°, Constitucional nº62/2009, discriminados conforme detalhamento constante do inciso I, alínea "e", e no art.50, §3°, da Lei Complementar nº101/2000, e a art. 14 desta lei, especificando:

- I-Número e data do ajuizamento da ação originária;
- II-Número do precatório;
- III-Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV-Enquadramento (alimentar ou não-alimentar);
- V-Data da autuação do precatório;
- VI-Nome do beneficiário;
- VII-Valor do precatório a ser pago;
- VIII-Data do trânsito em julgado: e
- IX-Número da vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único. A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2022, os Art.41. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o moníndices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no art.100, tante da despesa de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos §1°, da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº62/2009 e no De- adicionais suplementar es ou especiais com finalidade precisa. creto nº213/2010.

Art.33. O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art.100, de; §3°,da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional IInº 20, de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de exercício; e setembro de 2000, e pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de III-

Ser incluídas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

Ser incluídas despesas a título de Investimentos-Regime de Execu-IIção Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, reconhecidos na

Ser classificadas como atividades, dotações que visem ao desenvolconcorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada; e

Ser incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como

Ações que não sejam de competência exclusiva ou comum do Município, ou com ações para as quais a Constituição Federal não estabeleça a obrigação do Município de cooperar técnica e/ou financeiramente; e

Clubes, associações de servidores ou quais quer outras entidades congêneres.

Art. 36. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, subvenções econômicas, auxílios ou contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com ou sem fins lucrativos e amparadas por leis munici-

Parágrafo único. Os repasses de recursos serão efetivados mediante convê-

Custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, conforme legislação em vigor;

Custeio administrativo e operacional;

Garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;

Garantia do cumprimento do disposto no art.44 e 46 desta lei;

V-Pagamento de sentenças judiciais;

Contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e

Reserva de contingência, conforme especificado no art.44 desta lei.

Art.38. A sobras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para

avaliação dos Programas de Governo constantes do Plano Plurianual-PPA, serão realizados pela Controladoria do Município.

SEÇÃOII

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art.40. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art.42. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados: Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtivida-

O aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do

As alterações tributárias.



Pás: 8 3

Rubrica: 19 | N° 71 | 05 de julho de 2022

Art.43. O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no art.77 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Art.44. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência no valor de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos de contingente se a outros riscos de eventos fiscais imprevistos.

Art.45. Fica o Poder Executivo, nos termos do art.167, inciso VI, da Constituição Federal, e arts. 7°, 42 e 43, §1°, inciso I, II, III e IV, da Lei Federal n°4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar e efetuar Remanejamento.

Parágrafo único. Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa.

Art. 46. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do art.167, inciso VI, da Constituição Federal, e arts.7°, 42 e43, §1°, inciso I, II, III e IV, da Lei Federal n°4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional e Transferência.

Parágrafo único. Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos.

Art.47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto nos arts. 167, §2°, da Constituição Federal e104, §2°, da Lei Orgânica do Município, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Para a reabertura dos créditos previstos no caput, o Executivo utilizar-se-á dos instrumentos previstos no art.43, §1°, incisos l, II, III e IV da Lei Federal n°4.320/64.

Art. 48. Os recursos de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Controladoria Geraldo Município.

SECÃOIII

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

- **Art. 49.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:
- I Das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5°, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;
- II Da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e
 III Do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no orçamento Fiscal. CAPITULOV

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COMPESSOAL E ENCARGOS

SOCIAIS

Art. 50. As despesas com pessoal e encargos sociais para 2023 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº 9.717/1998, na Lei Complementar nº101/2000 e na legislação municipal

em vigor.

Art.51. Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de maio de 2022 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sempre juízo

do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº101/2000, observado o contido no art.37, inciso II, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A ampliação de despesas na forma prevista no §1°do art. 169 da Constituição Federal estará condicionada ao cumprimento dos limites para gastos com pessoal, previstos na Lei Complementar nº 101/2000, calculados sem a inclusão de receitas vinculadas cujos regulamentos especifiquem expressamente a impossibilidade de sua utilização em despesa com pessoal.

Art.52 O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observara previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária de 2023, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites do art. 20, inciso III, e do art.21da Lei Complementar n°101/2000.

Art. 53. O Poder Executivo, por intermédio do órgão de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará, até 31 de julho de 2022, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais. §1°. O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§2º Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 54. No exercício financeiro de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- Existirem cargos vagos a preencher;
- Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e
- III Forem observados os limites previstos no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar n° 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos ou funções somente poderão ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo, no art. 169, §1°, incisos I e II, da Constituição Federal, nos arts.16 e 17 da Lei Complementar n°101/2000.

Art. 55. No exercício de 2023 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites estabelecido na LC 101/2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de competência do Chefe do Poder Executivo, ou caberá a quem ele delegar, respeitados os limites orçamentários de cada órgão.

Art. 56. A proposta orçamentária assegurará no mínimo 0,1% (um décimo por cento) do orçamento anual para a capacitação e o desenvolvimento dos servidores municipais.

Art. 57. O disposto no art. 18, §1° da Lei Complementar n° 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidor es e empregados públicos para efeito do caput, os

contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I- Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento:
- II- Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; e
- II- Não caracterizem relação direta de emprego.



CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 58. Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrente de lei aprovada até o término deste exercício que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a procedera os devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 59. Na previsão da receita, para o exercício financeiro de 2023, serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Art. 60. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

Art. 61. Os tributos lançados se não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 30, II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 62. Os Orçamentos da Administração Direta e da Administração Indireta (Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais) deverão destinar recursos para o pagamento do serviço da dívida municipal.

Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de junho de 2020.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento disciplinará:

- I- O calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II- A elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundação, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, se houver; e
- III- As instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 64. Para os efeitos do disposto no art.16, da Lei Complementar nº101/2000:

- I- As especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art.38 da Lei 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, §3° da Constituição Federal; e
- II- As despesas irrelevantes, conforme disposto no art.16, §3° da Lei Complementar n°101/2000,são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do art.24, incisos I e II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.
- **Art. 65.** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento a os arts.15 e16 da Lei Complementar n°101/2000.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 66. Os valores das metas fiscais em anexo, devem ser considerados como estimativa, admitindo-se variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2023

ao Legislativo Municipal.

Art.67. A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

Art. 68. Para efeito do disposto no art.42 da Lei Complementar n°101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou de instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública Municipal, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

- **Art. 69.** Cabe à Controladoria Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao art.9° e seus parágrafos da Lei Complementar n°101/2000.
- Art. 70. Caso o projeto de Lei Orçamentaria de 2023 não seja aprovado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constantes poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada unidade orçamentaria até sua aprovação.
- **Art. 71.** Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante Créditos Adicionais Suplementares e Especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8°, da Constituição Federal e do art. 103, § 7°, da Lei Orgânica do Município.
- **Art. 72.** Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conceição de Macabu, 30 de junho de 2022.

VALMIR TAVARES LESSA

PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

CONSTR. DE ESPACOS DE PROJETOS PAISAGISTICOS

SH3 Sistemas



Pág. Rubrica:

Edição Extra Ano 19 Nº 71 | 05 de julho de 2022 rissão 13/04/2022 - 10:24 MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS AMORTIZAR A DIVIDA PÚBLICA E CONCEDER SUBVENÇÕES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OBJETIVO META FISICA PRODUTO DESCRICAC ACAO PAGAMENTO DE DIVIDAS MANTIDAS AMORTIZAÇÃO DO PARC.INSS/IPASCON PROVER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DOS SEUS DIVERSOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS ATRAVÉS DE AÇÕES VOLTADAS A MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO. PROGRAMA: 0001 APOID ADMINISTRATIVO OBJETIVO : UN MEDIDA META FÍSICA PRODUTO DESCRICÃO ACAC QUADRO DE PESSOAL MANTIDO 00 MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENGARGOS - GABINETE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - GABINETE QUADRO DE PESSOAL MANTIDO LIN MANUT DE PESSOAL E ENCARGOS - PROC. GERAL 013 ATIVIDADES DA PROCURADORIA MANTIDAS UN MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PROC. GERAL 014 QUADRO DE PESSOAL MANTIDO MANUTENÇÃO DE PESSOAL ENCARGOS - ADMINISTRAÇÃO 016 CARTAO DO SERVIDOR MANTIDO HM CARTAO DO SERVIDOR ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS LIN MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - ADMINISTRAÇÃO CHADRO DE PESSOAL MANTIDO UN MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - FAZENDA 021 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - FAZENDA 022 ATIVIDADES DA SECRETARIA MANTIDAS UN 027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PLANEJAMENTO QUADRO DE PESSOAL MANTIDO UN 027 MANUTENÇÃO DE PESSOAL ENCARGOS - PLANEJAMENTO QUADRO DE PESSOAL MANTIDO UN MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - CULTURA 032 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS UN MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CULTURA QUADRO DE PESSOAL MANTIDO MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - OBRAS MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - OBRAS 039 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS 040 QUADRO DE PESSOAL MANTIDO LIN 072 MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - SERV. PÚBLICOS ATIVIDADES DA SECRETARIA MANTIDAS 073 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SERV. PÚBLICOS UN QUADRO DE PESSOAL MANTIDO 074 MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - AGRICULTURA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS LIN MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - AGRICULTURA MANUT. DE PESSOAL E ENCARGOS - MEIO AMBIENTE QUADRO DE PESSOAL MANTIDO UN 079 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS UN 080 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - MEIO AMBIENTE QUADRO DE PESSOAL MANTIDO 083 MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - TURISMO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - TURISMO UN 084 QUADRO DE PESSOAL MANTIDO UN MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - CONTROLE INTERNO 0089 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS UN 0090 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONTROLE INTERNO QUADRO DE PESSOAL MANTIDO 0091 MANUT DE PESSOAL ENCARGOS - ESPORTE E LAZER UN MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - ESPORTE E LAZER ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS 0092 MANUT. DE PESSOAL E ENGARGOS - SEG. PÚBLICA QUADRO DE PESSOAL MANTIDO HM 005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SEG. PÚBLICA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS UN impresso por: SANDRO COSTA SILVA SH3 Sistemas Enissão 13/04/2022 - 10:24 Página 2 MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES **METAS E PRIORIDADES 2023** MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - GOVERNO QUADRO DE PESSOAL MANTIDO MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - GOVERNO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MANTIDAS 010 UN MANUT. DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA 011 FROTA MUNICIPAL MANTIDA LIN PESSOAL UN SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA MANUTENÇÃO PROGRAMA: 0002 COMUNICAÇÃO SOCIAL, DIVÚLGAÇÃO E PUBLICIDADE OBJETIVO : EFETUAR DIVULGAÇÃO DE ATO INSTITUCIONAL E PUBLICAÇÃO DE ATO OFICIAL POR MEIO PRÓPRIO E TERCEIRIZADO ACAO DESCRICÃO PRODUTO UN MEDIDA META FISICA 003 MANUT, DAS ATIVIDADES DE DIVULG, E PUBLIC, INSTITUCIONAL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MANTIDOS UN PROGRAMA: 0003 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE ADMINISTRATIVA OBJETIVO : AMPLIAR E MÓDERNIZAR A SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA AFIM DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA O SERVIDOR E MELHOR ACESSIBILIDADE AOS MUNÍCIPES DESCRIÇÃO PRODUTO UN.MEDIDA META FISICA AMPLIAÇÃO DO PREDIO SEDE DA ADMINISTRAÇÃO PREDIO SEDE DA ADMINISTRAÇÃO 1 193 PROGRAMA: 0005 PROJETO JUSTICA NA COMUNIDADE ATENDIMENTO JURÍDICO AOS MUNÍCIPES RESIDENTES EM COMUNIDADES CARENTES. UN MEDIDA META FISICA ATENDIMENTO JURÍDICO EM COMUNIDADES CARENTES COMUNIDADES ATENDIDAS PROGRAMA: 0006 PRECATÓRIOS JUDICIAIS OBJETIVO : RESERVAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS PRODUTO META FI PAGAMENTO DE PRECATORIOS JUDICIAIS PRECATORIOS JUDICIAIS MANTIDOS PROGRAMA: 0007 PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PAISAGÍSTICOS OBJETIVO : MANTER E PRESERVAR OS ESPAÇOS PAISAGÍSTICOS AFIM DE GARANTIR AO CIDADÃO MACABUENSE MAIOR QUALIDADE DE VIDA E MELHOR ACESSIBILIDADE DESCRICÃO UN.MEDIDA PPODLITO MANUT E REFOMA DE PRAÇAS PARQUES E JARDINS ESPAÇOS PAISAGISTICOS MANTIDOS PROGRAMA: 0008 MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA AGUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS VISANDO MELHORES CONDIÇÕES NAS VIAS PÚBLICAS E ESTRADAS VICINAIS UN MEDIDA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINARIOS PV OBRAS 042 EQUIPAMENTOS E MAQUINAS MANTIDO: PROGRAMA : 0009 EDIFICAÇÕES PAISAGÍSTICAS
OBJETIVO : CONSTRUIR PRAÇAS, PARQUES E JARDINS OBJETIVANDO OFERECER NOVAS OPÇÕES DE LAZER E CONVIVÊNCIA Á POPULAÇÃO.

PRODUTO

NOVAS CONSTRUÇÕES PAISAGISTICAS

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA

C.M.C.M MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 Rubrica: PROGRAMA: 0010 EDIFICAÇÕES DE PRÉDIOS PÚBLICOS OBJETIVO : CONSTRUIR E RESTAURAR EDIFICAÇÕES PÚBLICAS VISANDO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÓNIO FÍSICO MUNICIPAL UN.MEDIDA META FISICA DESCRICAC ACAO NOVAS EDIFICAÇÕES PUBLICAS CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PUBLICAS UNID REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DA CULTURA PROGRAMA: 0013 DEFESA CIVIL OBJETIVO : PROMOVER A DEFESA GIVIL NO MUNICIPIO UN MEDIDA META FIS PRODUTO DESCRICAC ACAC AÇÕES DE DEFESA CIVIL MANTIDAS UN MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL PROGRAMA: 0015 EDUCAÇÃO DIREITO DE TODOS OBJETIVO : DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS ÀS ATIVIDADES ESTRUTURANTES NA ÁREA DE EDUÇÃO IN MEDIDA META FISICA DESCRICAD PRESERVAÇÃO DE PREDIOS ESCOLARES 046 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES UN CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES 047 MATERIAL DIDÁTICO UN MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO 048 MOBILIÁRIO ESCOLAR UN AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PI UNIDADES ESCOLARES 050 TRANSPORTE ESCOLAR UN 052 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR SEDE ADMINISTRATIVA AMPLIADA UN AMPLIAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO 053 UN SERVICOS E MATERIAIS MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - EDUCAÇÃO 054 QUADRO DE PESSOAL MANTIDO UN MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS - EDUCAÇÃO 055 MOBILIÁRIO DE CRECHE 049 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PI CRECHES MATERIAIS DIDÁTICOS E OUTROS UN 051 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES UN CONSTRUÇÃO/REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES 057 058 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO MATERIAL DIDÁTICO UN UN UNIFORMES DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES MOBILIÁRIO ESCOLAR UN 061 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO P/ UNIDADES ESCOLARES MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR TRANSPORTE ESCOLAR 1165 063 INCLUSÃO DIGITAL AOS EDUCANDOS INCLUSÃO DIGITAL 1.165 065 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO P/ CRECHE MOBILIÁRIO DE CRECHE UN 060 MATERIAL DIDÁTICO E OUTROS MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA 062 MATERIAIS DE CONSUMO E PAGAMENTO DE UN PESSOAL 064 ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS UNID 0129 AUXILIO-TRANSPORTE PROGRAMA: 0016 VALORIZANDO O MAGISTÉRIO OBJETIVO : MANUTENÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS, OBJETIVANDO A VALORAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO UN MEDIDA META FISICA ACAO DESCRICAD PRODUTO Impresso por: SANDRO COSTA SILVA SH3 Sistemas Emissão 13/04/2022 - 10.24 Página 4 MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES **METAS E PRIORIDADES 2023** MANUT DE PESSOAL E ENCARGOS - 70% MAGISTERIO QUADRO DE PESSOAL MANTIDO 028 MANUT, DE PESSOAL E ENCARGOS - 30% APOIO QUADRO DE PESSOAL MANTIDO 029 UN CARTÃO DO SERVIDOR BENEFICIO AO SERVIDOR UN MANUT. DA CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE DOCENTES PROFESSORES CAPACITADOS PROGRAMA: 0017 TRANSPORTANDO PARA O FUTURO OBJETIVO : PROMOVER TRANSPORTE AOS ESTUDANTES MACABUENSES DO ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO ACAO DESCRICÃO PRODUTO LIN MEDIDA META FISICA 066 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITARIO TRANSPORTE UNIVERSITARIO MANTIDO PROGRAMA: 0018 ESCOLA SAUDÁVEL OBJETIVO : INTRODUZIR HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E COMBATER A DESNUTRIÇÃO DOS ALUNOS ACAO DESCRICAC IN MEDIDA META FISICA 067 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR MERENDA ESCOLAR OFERECIDA PROGRAMA: 0019 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E CULTURA PROMOVER A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO RESGATE CULTURAL. PROMOVER A INTERAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS AGENTES DO ENSINO COM ATIVIDADES QUE DESENVOLVAM A ATENÇÃO, RACIOCÍNIO, HABILIDADE E EQUILÍBRIO AOS ALUÑOS. OBJETIVO DESCRIÇÃO PRODUTO ACAO UN MEDIDA META FISICA MANUTENÇÃO DO PROJETO COLÔNIA DE FERIAS ATIVIDADES DE FERIAS 068 PROGRAMA: 0020 INFRAESTRUTURA VIÁRIA OBJETIVO PROMOVER MELHORES CONDIÇÕES DE TRĂFEGO E ACESSIBILIDADE NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E ESTRADAS VICINAIS ACAO DESCRICÃO URBANIZAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE LOGRADOUROS PUBLICOS LOGRADOUROS PUBLICOS MANTIDOS CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NOVOS LOGRADOUROS PAVIMENTADOS UN MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS UN PROGRAMA: 0022 LIMPEZA URBANA OBJETIVO : MANTER AS VÍAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE HÍGIENE BEM COMO GARANTIR A COLETA DIÁRIA DO LIXO DOMICILIAR E HOSPITALAR DESCRIÇÃO PRODUTO LIN MEDIDA METAFI COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS COLETA REGULAR DE LIXO MANTIDAS 077 SERVIÇOS DE CAPINA EM LOGRADOUROS PÚBLICOS SERVIÇOS DE CAPINA MANTIDOS UN PROGRAMA: 0023 SERVIÇOS URBANOS OBJETIVO : MANTER A URBANIZAÇÃO E LIMPEZA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E LOGRADOUROS PÚBLICOS PRODUTO IN MEDIDA META FISICA MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL ATIVIDADES MANTIDAS 081 MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS UN

SH3 Sistemas

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA



					Página 5
missão 13/04/2022 - 10:24			CNCM		
		MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABI	S.M.C.M		
		LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES	Pág:		
		METAS E PRIORIDADES 2023	Rubrica:		
ROGRAMA: 0024 ILUMINAÇÃO P	ÚBLICA				
	AR A REDE DE ILUMINAÇÃO DAS VIAS PÚBLICA	AS MUNICIPAIS.	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FISICA
ÇÃO DESCRIÇÃO 82 MANUTENÇÃO DA REDE I			SERVIÇOS MANTIDOS REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AM	UN PLIADA UN	
86 EXTENSÃO DA REDE DE I ROGRAMA 0025 REDE DE ÁGUI			REDE DE ROMANÇÃO FORMAN		
BJETIVO : PROMOVER A CONSE	RVAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO MUNIC	CIPAL.	PRODUTO	UN MEDIDA	META FISIC
ÇÃO DESCRIÇÃO 87 MANUTENÇÃO E REPARC	IS NA REDE DE AGUA E ESGOTO		SERVIÇOS DE MANUT, E REPAROS	UN	************************
BB MANUTENÇÃO DAS REDE	S DE ÁGUA E ESGOTO		MANTIDOS SERVIÇOS MANTIDOS	UN	***************************************
ROGRAMA : 0026 PARQUEDE E	KPOSIÇÕES	S ÀS REALIZAÇÕES DE EVENTOS AGROPECUÁRIOS, CUI.	TURAIS E TURÍSTICOS.		
CAO DESCRIÇÃO	DE EXPOSIÇÕES COM CONDIÇÕES ADECIDADA	S AS REAL PROCESS OF EVENTS OF THE STATE OF	PRODUTO	UN MEDIDA	META FISIC
76 GESTÃO DO PARQUE DE			PARQUE DE EXPOSIÇÕES MANTIDI	O UN	
PROGRAMA: 0027 FOMENTO A A OBJETIVO : PROMOVER E FOMES					
IÇÃO DESCRIÇÃO			PRODUTO FEIRA LIVRE INFORMAL MANTIDA	UN MEDIDA UN	META FÍSIC
 78 MANUTENÇÃO DA FEIRA 14 SECRETARIA MUNICIPAL 			SUBVENÇÕES	UN	*************************
PROGRAMA: 0028 FOMENTO À A	TIVIDADE PECUÁRIA VTAR A SANIDADE DO REBANHO DOS CRIADOR	OFS DO MINICÍPIO			
OBJETIVO : PROMOVER E FOMEI IÇÃO DESCRIÇÃO	VIAR A SANIDADE DO REBAIRRO DOS ORIADOR	tes po monorio.	PRODUTO	UN.MEDIDA	META FISIC
77 MANUT, DO PROGRAMA	ANUAL DE VACINAÇÃO ANIMAL		REBANHO MUNICIPAL SANEADO	ÜN	
PROGRAMA: 0029 MEIO AMBIENT DBJETIVO : FOMENTAR A EDUCA	FE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÀVEL ,ÇÃO AMBIENTAL EM TODO O MUNICÍPIO E AMB	PLIAR, FISCALIZAR E CONSERVAR AS ÁREAS DE PRESE	RVAÇÃO AMBIENTAL.		
IÇAO DESCRIÇÃO			PRODUTO	UN MEDIDA	META FISIC
81 EDUCAÇÃO AMBIENTAL 62 MANUT, E PRESERV. DE	UNIDADES DE CONSERV. AMBIENTAL-APAS		PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENT PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	E UN UN	
PROGRAMA: 0030 SUBVENÇÕES	TURISTICAS				
OBJETIVO : CONCEDER SUBVEN AÇAO DESCRIÇÃO	ÇOES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS VI	SANDO SUBSIDIAR A PROMOÇÃO DOS EVENTOS TURÍSTI	PRODUTO	UN MEDIDA	META FISIC
85 SUBVENÇÕES A ENTIDAL	DES CADASTRADAS-LIGA CARNAVALESCA	is about an experience of the contract of the	DESFILES CARNAVALESCOS	UN	agan daganka arabi atan manan masar na 199
112 SECRETARIA MUNICIPAL	DE TURISMO		SUBVENÇÃO	TW	
				Impresso por: SANDR	
		MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACAB	U	Impresso por: SANDR	
		LDO 2023	U	Impresso por: SANDR	
		LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES	U	Impresso por: SANDR	
Emissiāc 13/04/2022 - 10:24	DE TURISMO	LDO 2023			
Emissão 13/04/2022 - 10:24 13 SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA : 0031 DESENVOLVIM	ENTO DO TURISMO	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES	SUBVENÇÃO	Impresso por: SANDR	
missão 13/04/2022 - 10:24 13 SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVÍM DEJETIVO : PROMOÇÃO E REALI.	ENTO DO TURISMO	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES	SUBVENÇÃO	UN	Pàgina
Emissão 13/04/2022 - 10:24 113 SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA : 0031 DESENVOLVÍN DEJETIVO : PROMOÇÃO E REALI	ENTO DO TURISMO	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES			Página META FISIC.
Emissão 13/04/2022 - 10:24 SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA : 0031 DESENVOLVIN DEJETIVO : PROMOÇÃO E REALI VIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO PROM DE EVENTOS TUR PROGRAMA : 0032 POLÍTICA DE DE PROG	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO JESPORTO E LAZER	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS	UN UN MEDIDA	Página META FISIC.
T3 SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIM DBJETIVO : PROMOÇÃO E REALI: IÇÃO DESCRIÇÃO 69 PROM. DE EVENTOS TUR PROGRAMA: 0032 POLÍTICA DE D DBJETIVO : INCENTIVAR E PROM IÇÃO DESCRIÇÃO	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO JESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTIGA DO ESPORTE PRODUTO	UN UN MEDIDA	Página Página META FÍSIC
IS SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIM DBJETIVO : PROMOÇÃO E REALI. IÇÃO DESCRIÇÃO BB PROM. DE EVENTOS TUR PROGRAMA: 0032 POLÍTICA DE DE PROGRAMA: 0032 POLÍTICA D	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO DESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM: A PRÁTICA DO ESPORTE.	UN MEDIDA UN MEDIDA	Página META FISIC META FISIC
Emissão 13/04/2022 - 10:24 SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA : 0031 DESENVOLVIM DEJETIVO : PROMDOÇÃO E REALI AÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DEJETIVO : INCENTIVAR E PROM AÇÃO DESCRIÇÃO MANUTENÇÃO DA POLÍTI 093 MANUTENÇÃO DA POLÍTI 094 GESTÃO DO SINASIO PO EL21 SUBVENÇÃO A ENTIDADE	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO ESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO E CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS (SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM: A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA	Página META FISIC.
Emissão 13/04/2022 - 10:24 SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA : 0031 DESENVOLVIM DEJETIVO : PROMOÇÃO E REALI: RÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO : INCENTIVAR E PROM DE VENTOS TUR DEJETIVO : INCENTIVAR E PROM DESCRIÇÃO DESCRIPACIO DESCRIPACIO DESCRIPACIO DESCRIPACIO DESCRIÇÃO DESCRIPACIO DE	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO DESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE GA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (MADOR E PROFISSIONAL	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS (SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN ON	Página META FISIC.
SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIN DESERVO: PROMOÇÃO E REALI VIÇÃO DESCRIÇÃO PROGRAMA: 0032 POLÍTICA DE DESERVO INCENTIVA E PROM DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO SUBVENÇÃO DA POLÍTICA DE DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO SUBVENÇÃO A ENTIDADE PROGRAMA: 0033 DESPORTO DA DESCRIÇÃO D	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO DESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LESPORTIVO E CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS O DE TRILHEIROS.	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTIGA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN RS	Página META FISIC. META FISIC.
TIS SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIM DEJETIVO : PROMOÇÃO E REALI: PROGRAMA: 0032 POLÍTICA DE DE SUBLETIVO : INCENTIVAR E PROM DESCRIÇÃO DESTADIO DE ESTADIO AR DESCRIÇÃO DE	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO DESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE UCA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (I MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC ISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS O DE TRILHEIROS.	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N RECURSOS MANTIDOS	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN RS	Página META FÍSIC META FÍSIC
TIS SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIM DBJETIVO : PROMOÇÃO E REALI: CÂO DESCRIÇÃO BÉ PROM. DE EVENTOS TUR PROGRAMA: 0032 POLÍTICA DE DBJETIVO : INCENTIVAR E PROM CÂO DESCRIÇÃO DESTADIO AR DBJETIVO : APOIAR AS ENTIDADI CÂO DESCRIÇÃO D	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. JISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO JESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM PINS LUC LISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA JURAIL CLUBE	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS O DE TRILHEIROS.	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N	UN MEDIDA UN MEDIDA UN RS UN MEDIDA ANTIDAS UN	Página META FÍSIC META FÍSIC
IS SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIN DESCRIÇÃO PROMOÇÃO E REALI LIÇÃO DESCRIÇÃO SUBVENÇÃO A ENTIDADE LIZE DESCRIÇÃO DESCRI	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. JISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO JESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM PINS LUC LISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA JURAIL CLUBE	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIÓSO DAS CRIANÇAS E JOVENS (DE TRILHEIROS RATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL.	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N RECURSOS MANTIDOS	UN MEDIDA UN UN MEDIDA UN RS UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA	Página META FÍSIC META FÍSIC
T3 SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIM BUETIVO : PROMOÇÃO E REALI. AÇÃO DESCRIÇÃO BE PROM. DE EVENTOS TUR PROGRAMA: 0032 POLÍTICA DE E BUETIVO : INCENTIVAR E PROM IÇÃO DESCRIÇÃO BE PROM. DE EVENTOS TUR PROGRAMA: 0032 POLÍTICA DE E BUETIVO : INCENTIVAR E PROM IÇÃO DESCRIÇÃO BESTÃO DO BINASIO PO L. 121 SUBVENÇÃO A ENTIDADE PROGRAMA: 0033 DESPORTO AN BUETIVO : APOIAR AS ENTIDAD IÇÃO DESCRIÇÃO BESTÃO DO ESTADIO AR SUBVENÇÃO A LIGA DES SUBVENÇÃO A LIGA DES SUBVENÇÃO A LIGA DES SUBVENÇÃO A LIGA DES BUETIVO : APOIAR AÇÕES DE IN BUETIVO : APOIAR ACE IN BUETIVO : APOIAR AC	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO DESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO E CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC ISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA UTRAIL CLUBE PORTIVA ICIAÇÃO ESPORTIVA AMPLIANDO OPORTUNIO	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIÓSO DAS CRIANÇAS E JOVENS (DE TRILHEIROS RATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL.	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MIANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N RECURSOS MANTIDOS SUBVENÇÃO PRODUTO PRODUTO PRODUTO PRODUTO	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN UN UN UN UN MEDIDA	META FISIC META FISIC META FISIC
SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIN DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO PROMOÇÃO E REALI CÇÃO DESCRIÇÃO SUBVENÇÃO A ENTIDADE CÇÃO DESCRIÇÃO	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. JISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO JESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC JISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA JI TRAIL CLUBE PORTIVA JICIAÇÃO ESPORTIVA AMPLIANDO OPORTUNID ENIÓ CLUBE DE FUTEBÓL. VO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS (DE TRILHEIROS ERATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL.	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE. PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N RECURSOS MANTIDOS SUBVENÇÃO	UN MEDIDA UN MEDIDA UN NS UN MEDIDA UN NS UN MEDIDA UN MEDIDA UN UN MEDIDA	META FISIC META FISIC META FISIC
Emissão 13/04/2022 - 10:24 PROGRAMA : 0031 DESENVOLVIM DESCRIÇÃO	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. JISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO JESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC JISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA JI TRAIL CLUBE PORTIVA JICIAÇÃO ESPORTIVA AMPLIANDO OPORTUNID ENIÓ CLUBE DE FUTEBÓL. VO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIÓSO DAS CRIANÇAS E JOVENS (DE TRILHEIROS RATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL.	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N RECURSOS MANTIDOS SUBVENÇÃO PRODUTO OFRODUTO	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN UN UN UN UN UN UN UN MEDIDA	Pégina META FISIC META FISIC META FISIC
Emissión 13/04/2022 - 10:24 PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIM DEJETIVO : PROMOÇÃO E REALI: CÇÃO DESCRIÇÃO DESCRI	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO DESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE GA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO I CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE D MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC ISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA UTRAIL CLUBE PORTIVA ICICAÇÃO ESPORTIVA AMPLIANDO OPORTUNID ENIO CLUBE DE FUTEBOL I/O VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO INS A EDUCAÇÃO MUSICAL COMO FORMA DE A	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS (DE TRILHEIROS ERATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL.	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMÁS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N RECURSOS MANTIDOS SUBVENÇÃO PRODUTO CONVENIO MANTIDO PRODUTO CONVENIO MANTIDO PRODUTO PROPORCIONAR A CULTURA MUSI	UN MEDIDA	META FISIC META FISIC META FISIC META FISIC
SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIN DESERTIVO : PROMOÇÃO E REALI. LIÇÃO DESCRIÇÃO DE	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. JISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO JESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC LISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA JI TRAIL CLUBE PORTIVA JICIAÇÃO ESPORTIVA AMPLIANDO OPORTUNID ENIO CLUBE DE FUTEBOL ZO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO NS A EDUCAÇÃO MUSICAL COMO FORMA DE A JUST DE ATRAÇÕES MUSICAIS E BANDAS E FANFARRAS E BANDAS MARCIAIS	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS (DE TRILHEIROS ERATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL.	PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO R RECURSOS MANTIDOS SUBVENÇÃO PRODUTO CONVENIO MANTIDO PRODUTO CONVENIO MANTIDO	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN UN UN UN UN MEDIDA UN MEDIDA	META FISIC. META FISIC. META FISIC.
Emissão 13/04/2022 - 10:24 113 SECRETARIA MUNICIPAL PROGRAMA : 0031 DESENVOLVIM DEJETIVO : PROMOÇÃO E REALI AÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO DESCRIÇÃO MANUTENÇÃO DA POLÍTICA DE DE PROGRAMA : 0032 POLÍTICA DE DE PROGRAMA : 0032 POLÍTICA DE DE PROGRAMA : 0033 DESPORTO AN DESCRIÇÃO MANUTENÇÃO DE CONV MANUTENÇÃO DE CONV MANUTENÇÃO DE CONV DESCRIÇÃO DESCRIÇÃ	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. ISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO DESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO E CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC ISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA DI TRAIL CLUBE NO CLUBE DE FUTEBOL NO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO NS A EDUCAÇÃO MUSICAL COMO FORMA DE A DES DE ATRAÇÕES MUSICAIS SICA VILLA LOBOS VANSFORMA	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS O DE TRILHEIROS PRATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL. PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTIGA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N RECURSOS MANTIDOS SUBVENÇÃO PRODUTO CONVENIO MANTIDO PRODUTO CONVENIO MANTIDO PROPORCIONAR A CULTURA MUSI	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN UN UN UN UN UN UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA	Página META FÍSIC META FÍSIC
Emissão 13/04/2022 - 10:24 PROGRAMA : 0031 DESENVOLVIN DEJETIVO : PROMOÇÃO E REALI AÇÃO DESCRIÇÃO	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. JISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO JESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (I MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC ISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA JI TRAIL CLUBE PORTIVA AMPLIANDO OPORTUNID ENIO CLUBE DE FUTEBOL ZO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO NS A EDUCAÇÃO MUSICAL COMO FORMA DE A JUES DE ATRAÇÕES MUSICAIS E BANDAS E FANFARRAS E BANDAS MARCIAIS SICA VILLA LOBOS ENANSFORMA OAS A CRIAREM O HÁBITO PARA A LEITURA IN	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS O DE TRILHEIROS PRATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL. PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTIGA DO ESPORTE PRODUTO PROGRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N RECURSOS MANTIDOS SUBVENÇÃO PRODUTO CONVENIO MANTIDO PRODUTO CONVENIO MANTIDO PROPORCIONAR A CULTURA MUSI	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN UN UN UN UN UN UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA	META FISICA META FISICA META FISICA META FISICA
PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIM DBJETIVO: PROMOÇÃO E REALI: AÇÃO DESCRIÇÃO DESCRI	IENTO DO TURISMO ZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS. JISTICOS, URBANOS, RURAIS E ECOTURISMO JESPORTO E LAZER OVER AÇÕES DE DESPORTO E LAZER AFIM DE CA DE DESPORTO E LAZER LIESPORTIVO CADASTRADA - ASSOCIAÇÃO MACABUENSE (I MADOR E PROFISSIONAL ES ESPORTIVAS CADASTRADAS SEM FINS LUC ISTO DA SILVA RIBEIRO PORTIVA JI TRAIL CLUBE PORTIVA AMPLIANDO OPORTUNID ENIO CLUBE DE FUTEBOL ZO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO NS A EDUCAÇÃO MUSICAL COMO FORMA DE A JUES DE ATRAÇÕES MUSICAIS E BANDAS E FANFARRAS E BANDAS MARCIAIS SICA VILLA LOBOS ENANSFORMA OAS A CRIAREM O HÁBITO PARA A LEITURA IN	LDO 2023 ANEXO DE METAS E PRIORIDADES METAS E PRIORIDADES 2023 METAS E PRIORIDADES 2023 E REDUZIR O TEMPO OCIOSO DAS CRIANÇAS E JOVENS O DE TRILHEIROS PRATIVOS E PROMOTORAS DO ESPORTE MUNICIPAL. PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	SUBVENÇÃO PRODUTO REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM A PRÁTICA DO ESPORTE PRODUTO PROBRAMAS MANTIDOS ATIVIDADES MANTIDAS SUBVENÇÃO PRODUTO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO N RECURSOS MANTIDOS SUBVENÇÃO PRODUTO CONVENIO MANTIDO PRODUTO CONVENIO MANTIDO PRODUTO PROPORCIONIAR A CULTURA MUSI INTERCÂMBIO CULTURAL EDUCAÇÃO MUSICAL	UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN UN UN UN UN UN UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA UN MEDIDA	META FISIC. META FISIC. META FISIC.

Ano 19 Nº 71 | 05 de julho de 2022

ANI AVANÇADO DA S PELO USO DA E 9º ANO DA RE	EXO DE IMETAS I GUARDA M S DROGAS EDE MUNICI ICIPIO DI	LDO 20 METAS E E PRIORII MUNICIPAL, A	DADES 2023 OS FREQUENTAE	S PÁ	PRODUTE CURSOS PRODUTE PRODUTE PRODUCE CURSOS PRODUCE CURSOS	INTEG CO DADE DES EM DA' BONIFÁCIO TO ACAO PARA S DROGAS TO E PROFISSIO	DO A PREVENÇÃO O ONALIZANTES	AGENTES 24 HS P UN MED UN MED UN MED	POR DIA . IN IDA MET DIDA MET	TA FISIO
AVANÇADO DA SPELO USO DA SE 9º ANO DA RE	GUARDA M S DROGAS.	METAS E E PRIORII AUNICIPAL, A CIPAL DE EN	PRIORIDADES DADES 2023 OS FREQUENTAD SING.	R PRAÇA	PROM A COMUNI ATIVIDAL ATIVIDAL DR. JOSE PRODUTI POSTO I INFORM USO DA PRODUTI CURSO!	INTEG CO DADE DES EM DA' BONIFÁCIO TO FIXO MANTI TO E PROFISSI TO TURA DE PA	TASSARA, COM TASSARA, COM DO A PREVENÇÃO C DNALIZANTES	ZER E A UN ATIVAS UN AGENTES 24 HS P UN MED UN UN MED ONTRA O UN UN MED UN	POR DIA . IN IDA MET DIDA MET	TA FISH
AVANÇADO DA S S PELO USO DA S E 9º ANO DA RE	GUARDA M S DROGAS. EDE MUNIC	E CONCE	OS FREQUENTAD		PROM A COMUNI ATIVIDAL ATIVIDAL DR. JOSE PRODUTI POSTO I INFORM USO DA PRODUTI CURSO!	INTEG CO DADE DES EM DA' BONIFÁCIO TO FIXO MANTI TO E PROFISSI TO TURA DE PA	TASSARA, COM TASSARA, COM DO A PREVENÇÃO C DNALIZANTES	ZER E A UN ATIVAS UN AGENTES 24 HS P UN MED UN UN MED ONTRA O UN UN MED UN	POR DIA . IN IDA MET DIDA MET	TA FISH
AVANÇADO DA S S PELO USO DA S E 9º ANO DA RE	GUARDA M S DROGAS. EDE MUNIC	E CONCE	OS FREQUENTAD		PROM A COMUNI ATIVIDAL ATIVIDAL DR. JOSE PRODUTI POSTO I INFORM USO DA PRODUTI CURSO!	INTEG CO DADE DES EM DA' BONIFÁCIO TO FIXO MANTI TO E PROFISSI TO TURA DE PA	TASSARA, COM TASSARA, COM DO A PREVENÇÃO C DNALIZANTES	ZER E A UN ATIVAS UN AGENTES 24 HS P UN MED UN UN MED ONTRA O UN UN MED UN	POR DIA . IN IDA MET DIDA MET	TA FISH
S PELO USO DA:	S DROGAS EDE MUNIC EDE MUNIC	E CONCE	SINO.		PRODUTE CURSOS PRODUTE PRODUTE PRODUCE CURSOS PRODUCE CURSOS	DADE DES EM DA' BONIFÁCIO TO TO ACAO PARA S DROGAS TO E PROFISSI	TASSARA, COM TASSARA, COM DO A PREVENÇÃO C DNALIZANTES	AGENTES 24 HS P UN MED UN MED ONTRA O UN UN MED	DIDA MET	TA FISIO
S PELO USO DA:	S DROGAS EDE MUNIC EDE MUNIC	E CONCE	SINO.		PRODUTE CURSOS PRODUCCOBER	BONIFÁCIO TO TO AÇÃO PARA S DROGAS FO E PROFISSI	TASSARA, COM DO A PREVENÇÃO C DNALÍZANTES	AGENTES 24 HS P UN MED UN MED ONTRA O UN UN MED UN MED UN MED UN MED UN MED UN MED	DIDA MET	TA FISIO
S PELO USO DA:	S DROGAS EDE MUNIC EDE MUNIC	E CONCE	SINO.		PRODUTINFORM USO DA PRODUTINFORM PRODUCED PRODUC	TO AÇÃO PARAS S DROGAS TO B PROFISSIO	DO A PREVENÇÃO O ONALIZANTES	UN MED UN MED ONTRA O UN UN MED UN UN MED UN UN MED UN	DIDA MET	TA FISIO
E 9º ANO DA RE	EDE MUNIC	E CONCE		ABU	PRODUTINFORM USO DA PRODUTINF	FIXO MANTI FO AÇÃO PARI S DROGAS FO FO FO FURA DE PA	A PREVENÇÃO C ONALIZANTES	UN MED	DIDA MET	TA FISH
E 9º ANO DA RE	EDE MUNIC	E CONCE		ABU	PRODUI INFORM USO DA PRODUI CURSOS PRODUI COBER	TO AÇÃO PARA S DROGAS FO S PROFISSIO	A PREVENÇÃO C ONALIZANTES	UN MED ONTRA O UN UN MED UN MED UN	DIDA MET	TA FISI
E 9º ANO DA RE	EDE MUNIC	E CONCE		ABU	PRODU- CURSOS PRODU- CURSOS	AÇÃO PARA S DROGAS TO S PROFISSION TO TURA DE PA	ONALIZANTES	UN MED UN MED UN MED UN	DIDA MET	TA FISI
IVISTAS	ICĪPIO DI	E CONCE		ABU	PRODU- CURSOS PRODU- CURSOS	AÇÃO PARA S DROGAS TO S PROFISSION TO TURA DE PA	ONALIZANTES	UN MED UN MED UN MED UN	DIDA MET	TA FISI
IVISTAS	ICĪPIO DI	E CONCE		ABU	PRODU CURSOS PRODU COBER	TO S PROFISSION TO TURA DE PA		UN MED UN	DIDA ME	TA FESI
IVISTAS	ICĪPIO DI	E CONCE		ABU	PRODU COBERT	PROFISSION		UN MED UN	DIDA ME	TA FESI
			ÇÃO DE MAC	ABU	PRODU COBERT	PROFISSION		UN MED UN		STA SI
			ÇÃO DE MAC	ABU	COBER	TURA DE PA	SSIVOS	UN		STA SI
			ÇÃO DE MAC	ABU	COBER	TURA DE PA	ISSIVOS	UN		STA SI
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU			D SIVOS		INDRO CO:	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU			nadovina midali intel disabelian	Impresso poc: SA	INDRO CO:	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU	100 0 PA 4517 0 10 PA 10			Impresso por: SA	INDRO CO:	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU			nadorio de Roberto de Antonio	Impresso por: SA	NDRO CO:	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU				Impresso por: SA	INDRO CO:	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU				Impresso por: SA	INDRO CO:	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU				Impresso por: SA	NDRO CO	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU				Impresso por: SA	INDRO CO	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU				Impresso por: SA	NDRO CO	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU				Impresso por: SA	NDRO CO	
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU	***************************************			***************************************	*******************	Pagir
MUN			ÇÃO DE MAC	ABU						
	DE DIRE	TRIZES C								
	DE DIKE	IKIZESU	DOASSELTED							
LEI			AS FISCAIS	IAS						
	N	NETAS AN	IUAIS							
*****************************	***************************************	2023	***************************************	***************************************		***************************************		***************************************		RS
EXERCÍCIO 202	23			EXERCÍCIO 202	4			EXERCÍCIO 202	5	
VALOR CONSTANTE	% PIB (a / PIB)	% RCL (a / RCL)	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB (b / PIB)	% RCL (b / RCL)	VALOR	VALOR CONSTANTE	% PIB (c / PIB)	% R0 (c / R0
	x100	x100	(b)		x100	x100	(c)		x100	x100
122,611,784,07 117,029,558,32			131.343.704,88 125.363.935,35	122.613.615,46 117.031.306,34	26,155 24,964	103,603 98,886	135.284.016.03 129.124.853.42		26,155 24,964	103, 98,
116,787,466,99	24,913	98,682	125,104,603,24	115.789.211,39	24,913	98,682	128.857.741,35	116.793.022,16	24,913	98,
5.942.163,04 4.904.810,70	3.00000	1	6.365.340,13 5.254.111,71	5.942.251,80 4.904.883,97	1,268 1,046	5,021 4,144	6.556.300.34 5.411.735.06		1,268 1,046	1
105.221.270,73	22,445	88,909	112,714,708,74	105.222.842,36	22,445	88,909	116.096.150,01	105.226.275,73	22,445	88.
719.222,51 242.091.33	1	1	770.442,66 259.332,11	719.233,25 242.094,95	0,153	0,608	793.555,94 267.112.07		0,153	1
122.611.784,07	1		131,343,704,88	122.613.615,46	26,155	106,919	135.284.016,03		26,155	1
116.853.519,87		1	125.175.360,13	116.855.265,24	24,927	98,738	128.930.620,94		24.927	1
109.209.509,66			116,986,974,10	109.211.140,87	23,296	95,232	120 496.583,32	1		5
63.483.804,61	1	1	68.004.867,24	63 484.752,84	13,542	55,358	70.045.013,26		13,542	3
45.725.705,05 5.162.846,69	1	1	48.982.106,86 5.530.523,97	45.726.388,03 5.162.923,80	9,754	39,873 4,502	50.451.570,06 5.696.439,69		9,754	1
		1	2.657.862,06	2.481.200,58	0,529	2,164			0.529	1
176.038,45	0,038	0,149	188.575,22	176.041,09	0,038	0,149	194,232,48	176.046,84	0,038	0,
5.582.225,74	1	4,717	5.979.769,53	5.582,309,12	1,191	4,868	6.159.162,61	1	1,191	
5.231.364,06	1	1	5.603.920,89	5.231.442,21	1,116	4,420		1	1,116	
14.163.209,44	3,021	11,967	15.171.856,56	14.163.420,99	3,021	11.967	15.627.012,26	14.163.883,13	3,021	11,
	1		-20.241.864,37 0.00	-18.896.437,99 0.00	1	-15,967 0.000		1	-4,031 0.000	-15, 0,
-18.896.155,74	1	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0.00	0.000	0
-18.896.155,74 0,00 0,00	1		0.00	non			0,00	0,00	0,000	6
-18.896.155,74 0,00	1	0,000	0,001	0,00]	0,000	0,000]	***************************************			0,
-18.896.155,74 0,00 0,00	1	0.000	0,00	0,00	0,000	0,000				0,
-18.896.155,74 0,00 0,00	1	0.560	0,001	7,70	0,000	0.000			to an annual conference of the last of the	0,
-18.896.155,74 0,00 0,00	1	0.000	0,001	9,00	0,000]	0.000]			pro-princedecenses acts at chi-d in	0,
-18.896 155,74 0,00 0.00 0.00	1	0,000	5,00	0,00		0,000		ween adjaces of the control of the control of the		0,
	2.481.163,53 176.038,45 5.582.225,74 526.900,13 5.231.364,06 14.163.209,44 -18.896.155,74	2.481.163,53 0,526 176.038,45 0,038 5.582,225,74 1,191 526,900,13 0,112 5.231.364,06 1,116 14.163.209,44 3,021 -18.896,155,74 4,031 0,00 0,000	2.481.163,53 0,529 2,097 176.038,45 0,038 0,149 5.582.225,74 1,191 4,717 526.900,13 0,112 0,445 5.231.364,06 1,116 4,420 14.163.209,44 3,021 11,967 -18.896.155,74 4,031 -15,967 0,00 0,000 0,000 0,000 0,000 0,000	2.481.163,53 0,529 2,097 2,657.862,08 176.038,45 0,038 0,149 188,575,22 5.582,225,74 1,191 4,717 5,979.769,53 526,900,13 0,112 0,445 564.423,86 5.231.364,06 1,116 4,420 5.603,920,89 14.163.209,44 3,021 11,967 15.171.656,56 -10,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	2.481.163,53 0,529 2.097 2.657.862,08 2.481.200,58 176.038,45 0,038 0,149 188,575,22 176.041,09 58.20,25,74 1,191 4,717 5.979.769,53 5.582.309,12 526.900,13 0,112 0,445 564.423,86 526.606,01 5.231.364,06 1,116 4,420 5.603.320,89 5.231.442,21 14.163.209,44 3,021 11,967 15.171.656,56 14.163.420,99 14.164.55,74 4,031 -15,967 -20.241.864,37 -18.896.437,99 0,00 0,00 0,000 0,00 0,00 0,00 0,00	2.481.163,53 0,529 2,097 2.657.862,06 2.481.200,58 0,529 176.038,45 0,038 0,149 188.575,22 176.041.09 0,038 5.562,225,74 1,191 4,717 5.979.769,53 5.582.309,12 1,191 5.26.900,13 0,112 0,445 564.23,86 526.908,01 0,112 5.231.364,06 1,116 4,420 5.603,920,89 5.231.442,21 1,116 14.163.209,44 3,021 11,967 15.171.856,56 14.63.420,99 3.021 1,1967 15.171.856,56 14.63.420,99 3.021 0,000	2.481.163,53 0.529 2.097 2.657.862.0e 2.481.200,58 0.529 2.164 176.038,45 0.038 0.149 188.575,22 176.041.09 0.038 0,149 5.582,225,74 1,191 4,717 5.979.769,53 5.582.309,12 1,191 4.868 5.28 900,13 0,142 0,445 564.423,86 526.908,01 0,112 0,455 5.231.364,06 1,116 4,420 5.803.920,89 5.231.442,21 1,116 4,420 14.163.209,44 3.021 11,967 15.171.696,56 14.163.420,99 3.021 11,967 -18.896.155,74 4,031 -15,967 -20.241.864.37 -18.896.437,99 4.031 -15,967 0.00 0,000 0,000 0,000 0,000 0,000 0,000 0.00 0,000 0,000 0,000 0,000 0,000 0,000	2.481.163,53	2.481.183,53	2.481.163,53

Edição Extra



Ano 19 | Nº 71 | 05 de julho de 2022

Emissão 13/04/2022 - 10:32

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2023

Rubrica:

RS 1.00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2021 (a)	% PIB	% RCL	METAS REALIZADAS EM 2021 (b)	% PiB	% RCL	VALOR (c) = (b-a)	% (C/A)
RECEITA TOTAL	83,505,028,54	19.03	75,40	114.740.580,26	26,16	103,60	31,235,551,72	37,400
	82.324.960,63	18,77	74.33	119.760.831,71	27,30	108,14	37,435,871,08	45,47
RECEITAS PRIMÁRIAS (I) DESPESA TOTAL	88.666.098.16	20,21	80,08	108,356,163,77	24,70	97,84	19,690,065,61	22,207
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	81.560.672.63	18,59	73,64	107.030.092,03	24,40	96,64	25 469 419 40	31,228
RESULTADO PRIMÁRIO I-II	764.288.00	0,17	0,69	12.730.739,68	2,90	11,50	11.966.451.68	1,565,69
RESULTADO NOMINAL	1,943,855,91	0.44	1.76	17.461.532.87	3,98	15,77	15.517.676,96	798,29
DIVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	13.668.926.68	3.12	12,34	13.253.986,00	3,02	11,97	-414.942.68	-3,034
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-60.263.793,86	-13,74	-54,41	-17.683.095,40	-4,03	-15,97	42,580,698,46	-70,65

CPF:

CPF: CRC

SH3 Sistemas

Emissão 13/04/2022 - 10/33

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA

Página 1

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4°, §2°, Inciso II)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO		VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%		
RECEITA TOTAL	82.481.188,12	83.505.028,54	1,241	122.611.784,07	46,832	127.271.031,86	3,800	131.343.704,88	3,200	135.284.016,03	3,000		
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	81.458.815,25	82.324.960,63	1.063	120,795,509,15	46,730	121.476.681,54	0,564	125.363.935,35	3,200	129.124.853,42	3,000		
DESPESA TOTAL	91.511.679,67	88.666.098.16	-3,110	115.789.396,60	30,590	127.271.031,86	9,916	131:343.704,88	3,200	135.284.016.03	3,000		
DESPESAS PRIMÀRIAS(II)	79.205.513,56	81.560.672,63	2,973	114.372.356,34	40,230	118.718.505,89	3,800	122.517.498,07	3,200	126.193.023,01	3,000		
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	2.253.301,69	764.288,00	-66,081	6.423.152,81	740,410	2.758.175,65	-57,059	2.846.437,28	3,200	2.931.830,41	3,000		
RESULTADO NOMINAL	3,080,674,56	1.943.855,91	-36,902	11.478.478,41	490,500	8.005.603,63	-30,256	8.261.782,95	3,200	8.509.636.45	3,000		
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	13.763.046,79	13.668.928,68	-0.684	14.163.209,44	3,616	14.701.411,40	3,800	15.171.856,56	3,200	15.627.012,26	3,000		
DÍVIDA CONSULIDADA LÍQUIDA	-55.399.057,90	-60.263.793,86	8,781	-18.896.155,74	-68,644	-19.614.209,66	3,800	-20.241.864,37	3,200	-20,849 120,30	3,500		
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES												
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	P/a	2025	%		
RECEITA TOTAL	101.394.124,56	98.210.264,07	-3,140	122.611.784,07	24,846	122.611.784,07	0,000	122.613.615.46	0,001	122.617.616.27	0,003		
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	100.137.321,59	96.822.386,20	-3,310	120.795.509, 15	24,760	117.029.558,32	-3,118	117.031.306,34	0,001	117.035.125,01	0,003		
DESPESA TOTAL	112.495.553,68	104.280.198,05	-7,303	115.789.396,60	11,037	122.611.764,07	5,892	122.613.615,46	0,001	122.617.616,27	0,003		
DESPESAS PRIMÁRIAS(II)	97.367.337,82	95.923.507,08	-1,483	114.372.356,34	19,233	114,372,356,35	0,000	114.374.064,67	0,001	114,377,798,62	0,003		
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	2.769.983,77	898.879,12	-67,549	8.423.152,81	614,574	2.862.986,32	-55,427	3.049.103,61	6,501	3.234.688,49	6,087		
RESULTADO NOMINAL	2.926.345,59	1.767.236,65	-39.609	10.741.604,35	507,819	7.813.501,26	-27,259	7.901.838,39	1,131	7.987.396.48	1,083		
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	15.918.913,42	16.076.027,02	-4,982	14.183.209,44	21,863	14.163.209,44	0,000	14.163.420,99	0,001	14.163.883.13	0,003		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-68.102.061,88	-70.876.247,96	4,074	-18.896.155,74	-63,123	-18.896.155,74	0,000	-18.896.437,99	0,001	-18 897.054.56	0,003		

FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CFF

CPF

CPF

CRC:



Ano 19 Nº 71 | 05 de julho de 2022

Emissão 13/04/2022 - 10:33 C.M.C.M MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU 90 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Rubrica: 2023 RS 1.00 AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4°, §2°, inciso III) 2020 2019 PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2021 000,000 36.482.972,2 100.000 10.604 817,47 100.000 PATRIMÓNIO/CAPITAL 105.252.655.22 0,000 0.000 0,00 0.000 0,000 0.00 RESULTADO ACUMULADO 10.604 817.47 TOTAL 105.252.655,22 FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO CPF CPF CRC impresso por: SANDRO COSTA SILVA SH3 Sistemas Página Emissão 13/04/2022 - 10:33 MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÀRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2023 AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4°, §2°, inciso III) RECEITAS REALIZADAS 2021 (a) 2020 (b) 2019 (c) RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS ALIENAÇÃO DE ATIVOS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS 0.00 146.300,00 0,00 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS 0,00 0.00 TOTAL (I) 0,00 146 300,00 0,00 DESPESAS EXECUTADAS APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2021 (d) 2020 (e) 2019 (f) DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS 0,00 0,00 0,00 INVERSÕES FINANCEIRAS AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA 0,00 0,00 0,00 0.0 0.00 0.00 DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL 0.00 0,00 0,00 REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS TOTAL (II) 0.00 2019 (i) = (c - f) SALDO FINANCEIRO TOTAL (III) = (I) - (II) 146,300,00 146,300,00 FONTE: CONTABILIDADE / CONTROLE INTERNO

CRC

SH3 Sistemas

Impresso por: SANDRO COSTA SILVA

CPF:

Edição Extra



Ano 19 | Nº 71 | 05 de julho de 2022 C.M.C.M MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU al

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS 2023

Rubrica:

RS 1.00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	·····	***************************************
ECEITAS CORRENTES	6.024.266,76	11.768.256,05	9.131.920,93		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.764.109.06	3.057.246,99	2.577.638,13		
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES RECEITAS CORRENTES	3,607,663,10	2.875.311.42	2.378.904,76		
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES RECEITAS CORRENTES	0,00	00,00	0,00		
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	00,0	0,00	0,00		
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS	156,445,96	181.935,57	198.733,37		
RECEITA PATRIMONIAL	2.258.101,00	8.618.066.33	6.538.307.00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.056,70	92.942,73	15.975,80		
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	00,0		
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	00,0	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RRPS					
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO					
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO	6.02 f.068,00	2.912.752,53	3.433.813,37		
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO	0.00	0,00	0,00		
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR					
PESSOAL CIVIL - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0.00		
PESSOAL MILITAR - CONTRIBUIÇÕES REPASSES DID EXERCÍCIO ANTERIOR	0.00	0,00	0,00		
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT	3 082 167,45	2.303.021,03	998.004,72		
OTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	15 127 502,21	16.984.029,61	13.563.739,02		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019		
ADMINISTRAÇÃO GERAL					
DESPESAS CORRENTES	615.505,10	649.450,13	540.519,49		
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	21.256,60		
PREVIDÊNCIA SOCIAL					
PESSOAL CIVIL - DESPESA	8,479.014,30	7.718.069,90	7,466,109,62		
PESSOAL MILITAR - DESPESA	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
COMPENSAÇÃO PREV DE APOSENTADORIA RPPS E RGPS	0.00	0,00	0,00		
	0.00	0.00	0.00		
COMPENSAÇÃO PREV DE PENSÕES RPPS E RGPS	0,00	0,00	0,00		
COMPENSAÇÃO PREVIDE PENSÕES RPPS E RGPS OTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	9 094 519,40	8.367.520,03	8 027 885,71	**************************************	

H3 Sistemas	Impresso por: SANDRO COSTA SILVA
missão 13/04/2022 - 10:34	Página 2
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS	
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO RPPS 2023	
MF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4%, § 2%, inclso IV, allinea "a")	R\$ 1.00

APORTES DE RECURSOS PARA RPPS	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019		
TOTAL DE APORTES PARA O RPPS				***************************************	
PLANO FINANCEIRO					
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÉNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0.00	0.00		
RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE RESERVA	0.00	0,00	0.00		
OUTROS APORTES PARA O RPPS	0.00	0.00	0.00		
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO	0.00	0.00	0.00		
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL	3.082.167.40	1,213,625,60	1,158,889.20		
OUTROS APORTES PARA O RPPS	0.00	0,00	0.00		
ESERVA ORÇAMETÂRIA DO RPPS	6.032.982,81	8.618.509,58	5.535.853.31		
ENS E DIREITOS DO RPPS	129.351.807.77	77.047.787.37	68.019.067.38		

CPF. CRC:

CPF:



.....

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÀRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2023



EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)	
2021	16.769.654,70	4.201.563,40	12,568,091,30	12.568.091,30	
2022	14.931.320.60	4,649,985,20	10.281.335,40	22.849 426,70	
2023	14,465,617,80	5.006.194,70	9.459.423,10	32.308.849,80	
2024	14.137.926,00	5.345.556,20	8.792.369,80	41,101,219,60	
2025	13.900.316,70	5,680,847,60	8.219.469,10	49.320.688,70	
2026	13.691.948,80	6,012,165,10	7.679.783,70	57.000.472,40	
2027	(3,533,130,00	6.331.245,80	7.201.884,20	64.202.356,60	
2028	13,430,219,50	6,648 132,50	6.782,087.00	70.984.443,60	
2029	13.341.909,90	6.960.302,20	6.381.607,70	77.366.051,30	
2030	13.309.443,00	7,266,461,30	6.042,981,70	83,409,033,00	
2031	13.314.403,80	7.560.125,00	5.754.278.80	89.163.311,80	
2032	13.328 188,00	7,849 145,20	5,479,042,80	94,642,354,60	
2033	13.377.184,60	8, 135,613,30	5.241.571.30	99,883,925,90	
2034	13.432.095,10	8.425.225,60	5,006,869,50	104.890,795,40	
2035	13.517.065,90	8.717.848,80	4.799.217,10	109.690.012,50	
2036	13.579.922,40	9.005.416,90	4.574.505.50	114.264.518,00	
2037	13.049.936,90	9,295,976,30	3.753.960,60	118.018.478,60	
2038	13,195,940,00	9.564.364,50	3.631.575,50	121,650,054,10	
2039	13.371.963,80	9.825.964,00	3,545,999,80	125.196.053,90	
2040	13 591.946,00	10.074.434,90	3.517.511,10	128.713.565,00	
2041	13.427.632,30	10.299.177,10	3.128.455,20	131.842.020,20	
2042	13.290.953,70	10.507.433,60	2.783.520,10	134.625.540,30	
2043	1.188.492,40	10,706,008,10	-9.517.515,70	125.108.024.60	
2044	975.407,90	10.893.138,20	-9.917.730,30	115.190,294,30	
2045	756.393,30	11,053,799,80	-10.267.406,50	104.922.887,80	
2046	622,475,90	11,181,041,10	-10.558.565,20	94.364.322,60	
2047	488.617,80	11,288,146,60	-10.799.528,80	83 564 793 80	
2048	382.144,60	11,369,821,40	-10,987.676,84	72.577.117,00	
2049	269.794,00	11.431.271,20	-11,141,477,20	61.435.639.80	
2050	208.550,50	11,475,300,50	-11.266.750,00	50, 168,889,80	
2051	136.699,30	11.495.511,80	-11,358,812,50	38.810.077.30	
2052	79.534,90	11,490,572,40	-11.411.037,50	27.399.039,60	
2053	42.044,50	11.461.540.80	-11,419,496,30	15.979.543,50	
2054	21,212,60	11,399,534,70	-11,378,322,10	4.601.221.40	

	CONCEIÇÃO DE MACABU	MUNICIPIO DE				
	RIZES ORÇAMENTÁRIAS DE METAS FISCAIS					
	PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS 2023					
	-6 707.468 _. 50	-11,308 689,90	11.320.672,90	11.983,00	2055	
	-17.937.188,30	-11.229.719,80	11.237.967,10	8.247,30	2056	
	-29 085.041,50	-11.147.853,20	11.154,330,30	6.477,10	2057	
	-40.193.933,D0	-11.108 891,50	11.114.660,60	5.769,10	2058	
	-51.473 362,10	-11.279.429,10	11.284.954,80	5.525,70	2059	
	-63 948,362,60	-12:475 000,50	12 480.941,40	5.940,90	2060	
	-82.865.922,30	-18.917.559,70	18.926.924,00	9.364,30	2061	
	-107.212.402,80	-24:346.480,50	24.358.713,30	12.232,80	2062	
	-132.671.856,00	-25.459 453,20	25.472.127.70	12.674,50	2063	
	-165.161.613,00	-32.489.757,00	32.506.240,00	16.483.00	2064	
	-194.702.188,20	-29.540.575,20	29.555.231,20	14,656,00	2065	
	-223.784.547,80	-29.082.359.60	29.096.619,60	14.260,00	2966	
	-277.865.286,60	-54.080.738,80	54.109.031,90	28.293,10	2067	
	-331.148.638,30	-53.283.351,70	53.311.089,90	27.738,20	2068	
	-395.122.597,80	-63.973.959,50	64.007.664,50	33.705,00	2069	
	-490.377.686,90	-95.255 089,10	95.306.495,10	51.406,00	2078	
	-572.798 128,60	-82.420.441,70	82.464 512,10	44.070,40	2071	
	-655.601.820,60	-82.803.692.00	82.847.929.80	44.237,80	2072	
	-768.211.677,00	-112.609.856,40	112.670.935,30	61.078,90	2073	
	-877 496.651,80	-109.284.974,80	109.344.147,30	59,172,50	2074	
	-974.458.650.40	-98.951.998,60	97.014.183.00	52.184,40	2075	
	-1.085.264.204,90	-110.805.554,50	110,865,578,80	60,024,30	2075	
	-1.188 212.446,10	-102 948 241,20	103.003.828,60	55,587,40	2077	
	-1.279.696.461,10	-91.484.015.00	91.533.136,40	49,121,40	2078	
	-1,389 670,579,30	-109.974.118,20	110.033.746,60	59.628,40	2079	
	-1,487,360,782,60	-97.690.203,30	97.742.917,80	52.714,50	2080	
	-1.576.853.286,50	-89,492,503,90	89.540.629,50	48.125,60	2081	
·····	-1.655,199.843,50	-78.346 557,00	78,388,432,50	41.875,50	2082 2083	
	-1.749.671.243.50	-94.471.400,00	94.522.474,20	51.074,20		
	-1829.246.996.60	-79.575.753,10	79.618.462,80	42.709,70 39.914,40	2084 2085	
***************************************	-1.903,757 949,20	-74.510.952,60 -76.745.041,60	74.550.867,00 76.786.296.20	41,254,60	2086	
	-1.980.502.990,80	-75.796.182.40	75.746.924.10	40.741.70	2087	
	-2.056.209.173,20	-75.795.182,40 -87.795.901.00	67.843.565,00	47.664.00	2088	
	-2.144,005,074,20	-82.941.740,20	82 986,732.80	44.992.60	2089	
	-2.226.946.814.40 -2.322.393.759.40	-95.446.945,00	95,499,097,20	52.152.20	2090	
		-95.446.945,00 -90.085.066.50	90.134.256.40	49.189.90	2091	
	-2.412.478.825,90 -2.496.350.353,50	-83.871.527,60	83.917.270.80	45.743,20	2092	

16

Edição Extra



Pás: 43

Rubrica no 19 1 71 05 de julho de 2022

				(American energy)	Kupi - Aro 191	7.1	
missão 13/04/2022 - 10:34					A to the second	***************************************	Pagin
			MUNICÍPIO DI	E CONCEIÇÃO DE MACABU			
			LEI DE DIRE	TRIZES ORÇAMENTÁRIAS D DE METAS FISCAIS			
			PROJEÇA	O ATUARIAL DO RPPS 2023			
2093	34 816,80	64.488.098,50	-64.453.281.70	-2.560.803.635,20			***************************************
2094	40.245,20	73 964.013,10	-73.923.767.90 -55.747.840,70	-2 634.727.403,10 -2 690.475.243,80			
2095 FONTE: CONTABILIDADE / C	30.013,60 ONTROLE INTERNO	55.777.854,30	-33.741.840,70	-£.250,47.J.£43,00			
40-11-4-4-4-4-4-4-4-4-4-4-4-4-4-4-4-4-4-					AND CONTRACTOR OF THE PROPERTY		
CPF:			CPF.		CPF:		
			CRC:				
SH3 Sistemas		······································		***************************************		Impresso por: SAN	DRO COSTA SI
miseão 13/84/2022 - 19:40	***************************************		·····				Págir
			MUNICÍPIO DI	E CONCEIÇÃO DE MACABU			
				TRIZES ORÇAMENTARIAS			
			ANEXO	DE METAS FISCAIS			
			ESTIMATIVA E COMPE	NSAÇÃO DA RENÚNCIA DE	RECEITA		
504155 .000 FT.	3. (TO 0) (F			2023	***************************************	***************************************	******************************
FONTE: CONTABILIDADE / CO	ONTROLE INTERNO						
***************************************	***************************************	***************************************	***************************************	***************************************	***************************************	***************************************	*******************************
CPF:			CPF:		CPF:		
			CRC:				



Pág: 94

Rubrica: Edicio Extra

Ano 19 Nº 71 | 05 de julho de 2022

MUNICÍPIO DE CONC	EIÇÃO DE MACABU	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS	OBRIGATÓRIAS DE CARÂTER CONTINUADO	
		RS 100
VALOR PREVISTO 2023		
0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00		
CPF:	CPF	
CRC:		
	In	npresso por: SANDRO COSTA SILV:
	In	npresso por: SANDRO COSTA SILV. Pàgina
MUNICÍPIO DE CONC LEI DE DIRETRIZES ANEXO DE RIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS F	CEIÇÃO DE MACABU ORÇAMENTARIAS COS FISCAIS	
LEI DE DIRETRIZES ANEXO DE RIS	CEIÇÃO DE MACABU ORÇAMENTARIAS COS FISCAIS	
LEI DE DIRETRIZES ANEXO DE RIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS F	CEIÇÃO DE MACABU ORÇAMENTARIAS ICOS FISCAIS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2023 PROVIDÊNCIAS	Página RS 1,01
LEI DE DIRETRIZES ANEXO DE RIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS F	PROVIDÊNCIAS DESCRIÇÃO DE MACABU ORÇAMENTARIAS GOS FISCAIS PROVIDÊNCIAS 2023 PROVIDÊNCIAS DESCRIÇÃO	Págins RS 1,01 VALOR
LEI DE DIRETRIZES ANEXO DE RIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS F VALOR 250,000,00	PROVIDÊNCIAS DESCRIÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	Página RS 1,01
LEI DE DIRETRIZES ANEXO DE RIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS F VALOR 250,000,00	PROVIDÊNCIAS DESCRIÇÃO DE MACABU ORÇAMENTARIAS GOS FISCAIS PROVIDÊNCIAS 2023 PROVIDÊNCIAS DESCRIÇÃO	Págins RS 1,01 VALOR
LEI DE DIRETRIZES ANEXO DE RIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS F VALOR 250,000,00	PROVIDÊNCIAS DESCRIÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	Página RS 1,0 VALOR 250,000.0
	VALOR PREVISTO 2023 VALOR PREVISTO 2023 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS ANEXO DE METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÂTER CONTINUADO 2023 VALOR PREVISTO 2023 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00